

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VICTOR ABREU MENEZES

**AS RELAÇÕES BRASIL - ESPANHA NO CONTEXTO DAS DÉCADAS DE 1990 E
2000: DOS INTERESSES ECONÔMICOS AO ESTREITAMENTO DOS LAÇOS
POLÍTICOS**

**Porto Alegre
2018**

VICTOR ABREU MENEZES

**AS RELAÇÕES BRASIL - ESPANHA NO CONTEXTO DAS DÉCADAS DE 1990 E
2000: DOS INTERESSES ECONÔMICOS AO ESTREITAMENTO DOS LAÇOS
POLÍTICOS**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Menezes, Victor Abreu
AS RELAÇÕES BRASIL - ESPANHA NO CONTEXTO DAS
DÉCADAS DE 1990 E 2000: DOS INTERESSES ECONÔMICOS AO
ESTREITAMENTO DOS LAÇOS POLÍTICOS / Victor Abreu
Menezes. -- 2018.
70 f.
Orientador: André Luiz Reis da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Política Externa. 2. Brasil. 3. Espanha. 4.
Globalização . 5. Neoliberalismo. I. Silva, André Luiz
Reis da, orient. II. Título.

VICTOR ABREU MENEZES

**AS RELAÇÕES BRASIL - ESPANHA NO CONTEXTO DAS DÉCADAS DE 1990 E
2000: DOS INTERESSES ECONÔMICOS AO ESTREITAMENTO DOS LAÇOS
POLÍTICOS**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de
Graduação em Relações Internacionais, da
Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS,
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais

Aprovado em: ____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

UFRGS

Prof. Me. Guilherme Ziebell de Oliveira

PUC-MINAS

À minha mãe, Sonia, por acreditar e investir em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por proporcionar um ensino de excelência, gratuito e de maneira universal, o qual pude usufruir nesses últimos anos. Dentro dessa Instituição, exerci meu raciocínio crítico, questionei o meu redor e aprendi uma infinidade de temas que me possibilitaram estar aqui hoje. Os professores e funcionários dessa Universidade foram de extrema importância para a conclusão dessa etapa da minha vida e, a eles, fica aqui a minha gratidão.

À minha família: pai, irmã, primas, tias, avó e especialmente à minha mãe, tendo essa confiado em mim nessa jornada, nunca duvidado do meu potencial e da minha integridade. Mesmo de longe, seu apoio incondicional foi fundamental para eu alcançar tudo o que tenho hoje, desde antes da vida universitária até o presente encerramento dessa etapa. Obrigado por tudo o que você fez e tudo o que você faz por mim.

Ao meu namorado, Yusef Hassan, que foi uma figura fundamental nesses meses de correria e muito trabalho. Sem seu suporte emocional e carinho, tudo teria sido mais difícil. Obrigado por estar do meu lado em todos os prazos, todas as dúvidas e todas as alegrias que atravessamos juntos esse ano. Te admiro enormemente e sou grato por você me aceitar do jeito que eu sou.

Aos meus amigos que conheci durante essa caminhada de meia década de vida universitária. Tendo compartilhado diversas dificuldades semelhantes, nos aproximamos. Tendo compartilhado diversas alegrias semelhantes, nos cativamos. Vocês fizeram minha jornada em Porto Alegre mais tranquila e me fizeram sentir em casa. Nossos maus e bons momentos nos levaram até aqui hoje, e eu serei eternamente grato a todos vocês.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central explicar as razões para a aproximação de Brasil e Espanha no contexto da década de 1990, relacionando tal aproximação com o aprofundamento das interações político-econômicas de ambos países. A proposta é explicar quais os fatores que influenciaram nesse movimento de estreitamento das interações entre ambos países, e, para isso, explicar o peso de variáveis, como as crescentes políticas neoliberais dos dois Estados no início do período analisado, a força e a abrangência do fenômeno da globalização e a aproximação política, que vinha ganhando força após a redemocratização de ambos países. Para tanto, propõe-se trabalhar na definição de conceitos-chaves, como os de "política externa", "globalização" e "neoliberalismo", termos de fundamental importância para o trabalho e que servirão de base para melhor compreender como se deu essa aproximação hispano-brasileira. Além disso, será discutido se esse novo viés nas relações de ambos países representou uma ruptura com as interações prévias dos dois Estados. A ideia é que ambos países aprofundaram de fato suas relações políticas e econômicas, especialmente no contexto da década de 1990 e motivados especialmente pelos fatores econômicos como o IED e empresas da Espanha; pelo tamanho do mercado brasileiro; sua localização estratégica e posição de destaque desse no cenário político latino americano. A preocupação nesse trabalho, é explicar as razões para esse aprofundamento nos laços entre Brasil e Espanha ter acontecido. Nesse caso, é importante ressaltar: as políticas de exportação de capital espanhol para regiões estratégicas (especialmente para a América Latina); o processo de internacionalização das empresas espanholas e sua inserção no Brasil; a assinatura de diversos acordos de parceria estratégica entre ambos Estados; as atuações brasileira e espanhola no contexto das Cúpulas Ibero-Americanas e um movimento de aproximação cultural entre ambos países. Para a consecução desse trabalho, será feita uma revisão bibliográfica de artigos e livros sobre política externa e história de ambos países, além de analisar algumas fontes primárias, como dados econômicos, discursos e documentos oficiais. Através do modelo hipotético-dedutivo, pretendo testar e comprovar as minhas hipóteses propostas, com o auxílio das ferramentas que propus anteriormente.

Palavras-chave: Política Externa. Brasil. Espanha. Globalização. Neoliberalismo. Cúpulas Ibero-Americanas. Parceria Estratégica.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como tema central explicar las razones para la aproximación de Brasil y España en el contexto de la década de 1990, relacionando tal aproximación con la profundización de las interacciones político-económicas de ambos países. La propuesta es explicar cuáles son los factores que influenciaron en ese movimiento de estrechamiento de las interacciones entre ambos países, y para explicar el peso de variables, como las crecientes políticas neoliberales de los dos Estados al inicio del período analizado, la fuerza y el alcance del fenómeno de la globalización y la aproximación política, que venía ganando fuerza tras la redemocratización de ambos países. Para ello, se propone trabajar en la definición de conceptos claves, como los de "política exterior", "globalización" y "neoliberalismo", términos de fundamental importancia para el trabajo y que servirán de base para comprender mejor cómo se dio esa aproximación hispano-brasileñas. Además, se discutirá si ese nuevo sesgo en las relaciones de ambos países representó una ruptura con las interacciones previas de los dos Estados. La idea es que ambos países profundizaron de verdad sus relaciones políticas y económicas, especialmente en el contexto de la década de 1990 y motivados especialmente por los factores económicos como la IED y las empresas de España; por el tamaño del mercado brasileño; su ubicación estratégica y su posición de destaque en el escenario político latinoamericano. La preocupación en este trabajo, es explicar las razones para esa profundización en los vínculos entre Brasil y España haber ocurrido. En este caso, es importante resaltar: las políticas de exportación de capital español a regiones estratégicas (especialmente para América Latina); el proceso de internacionalización de las empresas españolas y su inserción en Brasil; la firma de diversos acuerdos de asociación estratégica entre ambos Estados; las actuaciones brasileña y española en el contexto de las Cumbres Iberoamericanas y un movimiento de acercamiento cultural entre ambos países. Para la consecución de ese trabajo, se realizará una revisión bibliográfica de artículos y libros sobre política exterior y historia de ambos países, además de analizar algunas fuentes primarias, como datos económicos, discursos y documentos oficiales. A través del modelo hipotético-deductivo, pretendo probar y comprobar mis hipótesis propuestas, con el auxilio de las herramientas que propuse anteriormente.

Palabras-claves: Política externa. Brasil. España. Globalización. Neoliberalismo. Cumbres Iberoamericanas. Asociación Estratégica.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Investimentos Diretos - Distribuição por País de Origem dos Recursos (em %)	35
Gráfico 2 - Fluxos de investimento bruto Espanha - Brasil, 1993 - 2017 (em bilhões de Euros)	36
Gráfico 3 - Exportações Brasil - Espanha 1995-2016 (em bilhões de dólares/US\$)	38
Gráfico 4 - Importações Brasil - Espanha 1995-2016 (em bilhões de dólares/US\$)	39
Gráfico 5 - Crescimento anual do PIB espanhol, 1961 - 2017 (% por ano)	50
Gráfico 6 - PIB per capita espanhol 1960 - 2017 (em dólares US\$)	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA	- Área Livre de Comércio das Américas
BIRD	- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	- Banco Mundial
CASA	- Comunidade Sul-Americana de Nações
CEE	- Comunidade Econômica Europeia
CELAC	- Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
COMJIB	- Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos
FIFA	- Federação Internacional de Futebol
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FUNAG	- Fundação Alexandre de Gusmão
G20	- Grupo dos 20
GATT	- Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IED	- Investimento Externo Direto
MAEC	- Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
OEI	- Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
OIJ	- Organismo Internacional de Juventude para a Ibero-América
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	- Produto Interno Bruto
PIL	- Plano de Investimento em Logística
SME	- Sistema Monetário Europeu
TDE	- <i>Transportadora de Electricidad</i>
UE	- União Europeia
UNASUL	- União de Nações Sul-Americanas
YPF	- <i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BRASIL - ESPANHA.....	17
2.1	Estabelecimento das interações hispano-brasileiras	17
2.2	Irrelevância mútua: as ditaduras Militar brasileira e Franquista espanhola	24
2.3	Conclusões preliminares.....	28
3	APROFUNDAMENTO ECONÔMICO E POLÍTICO: A DÉCADA DE 1990 E A VIRADA DOS ANOS 2000.....	30
3.1	Globalização e Neoliberalismo: ferramentas de diálogo e aproximação	30
3.2	Relações políticas e culturais: frutos das relações econômicas?	39
3.3	Conclusões preliminares.....	46
4	RELAÇÕES PÓS CRISE DO EURO.....	48
4.1	O contexto da Crise do Euro nas relações hispano-brasileiras.....	48
4.2	Brasil - Espanha: uma visão mútua	54
4.3	Conclusões preliminares.....	58
5	CONCLUSÃO.....	61
	REFERÊNCIAS.....	65

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema central explicar as razões para a aproximação de Brasil e Espanha no contexto da década de 1990 e dos anos 2000, relacionando tal aproximação com o aprofundamento das interações político-econômicas de ambos países. A proposta é explicar quais os fatores que influenciaram nesse movimento de estreitamento das interações entre ambos países, e, para isso, explicar o peso de variáveis como as crescentes políticas neoliberais dos dois Estados no início do período analisado, a força e a abrangência do fenômeno da globalização, e a aproximação política mútua, que vinha ganhando força após a redemocratização de ambos países. Para tanto, propõe-se trabalhar na definição de conceitos-chaves, como os de "política externa", "neoliberalismo", e "globalização", termos de fundamental importância para o trabalho e que servirão de base para a realização do projeto. Além disso, será discutido se esse novo viés nas relações de ambos países representou uma ruptura nas interações prévias entre esses dois Estados. A ideia é que ambos países aprofundaram as suas relações políticas e econômicas, motivados especialmente pelos fatores econômicos como o Investimento Externo Direto (IED) e empresas espanholas, pelo tamanho do mercado brasileiro, sua localização estratégica e posição de destaque no cenário político latino-americano.

Sendo a preocupação nesse trabalho explicar as razões para esse aprofundamento nos laços entre Brasil e Espanha ter acontecido, é importante ressaltar, entre outros fatores, as políticas de exportação de capital espanhol para regiões estratégicas (especialmente para a América Latina); o processo de internacionalização das empresas espanholas e sua inserção no Brasil; as atuações brasileira e espanhola no contexto das Cúpulas Ibero-Americanas e um movimento de aproximação cultural entre ambos países, em especial com o estabelecimento de diversos Institutos Cervantes no país; um incremento nos projetos de ciência e educação entre ambos países; além de uma maior valorização da língua espanhola no Brasil, dentre outros fatores que influenciaram positivamente nesse incremento dos laços entre Brasil e Espanha.

As relações Brasil e Espanha no contexto da década de 1990 podem ser consideradas como um ponto de inflexão com relação ao período anterior, marcado em ambos países por ditaduras militares. O primeiro vivia sob uma ditadura militar que começou em 1964 e terminou somente em 1985, com a eleição indireta do civil Tancredo Neves à presidência da República, enquanto o segundo viveu sob a ditadura Franquista durante mais de 30 anos, de 1939 até 1977, com a autodissolução das Cortes Franquistas. Segundo Bruno Ayllón Pino (2007), as relações hispano-brasileiras até meados dos anos 1980 eram pouco profundas e

mutuamente irrelevantes, com ambos países praticamente não compartilhando de objetivos estratégicos comuns, e uma interação política e econômica de baixo perfil. Isso se deu, também, pelo fato de que

[d]epois da Segunda Guerra Mundial, o regime franquista perseguia como principal objetivo sua aceitação no concerto internacional. Visto que politicamente no mundo a influência do regime franquista era quase nula e que economicamente a situação espanhola era de debilidade e dependência (PINO, 2007, tradução nossa)¹.

Por sua vez, o governo brasileiro não via na Espanha um parceiro estratégico durante esse período, uma vez que, seguindo a busca pelo desenvolvimento nacional (exemplificado pelo aprofundamento do Processo de Substituição de Importações, pela defesa do Terceiro Mundismo e do multilateralismo em organismos internacionais, por exemplo), o Brasil acaba por deixar as relações com o país Ibérico sem muitos avanços nas áreas política e econômica. No entanto, é importante destacar que, já no final do regime ditatorial brasileiro, com o Pragmatismo Responsável de Geisel (1969-1976) e o Universalismo na política externa de Figueiredo (1981-1985), a busca por diversificação de parceiros na arena internacional torna-se relevante e a Espanha, finalmente, atrai maior interesse das autoridades brasileiras. Um marco importante das relações entre Brasil e Espanha foi a visita de Adolfo Suárez ao Brasil em 1979, tornando-se o primeiro presidente do governo espanhol a realizar uma visita oficial ao Brasil em 157 anos de Estado independente, inaugurando uma nova política de presença da Espanha na América Latina (PINO, 2007). O governo brasileiro, nesse período, passa a olhar a Espanha como sendo um modelo de transição democrática a ser seguido, tomando exemplos do momento pós-Franco espanhol para aplicar na chamada "abertura lenta, gradual e segura".

Adentrando no período da década de 1990, José António Sanahuja (2012) ressalta que foi com os presidentes Collor (1990-1992), no Brasil, e González (1982-1996), na Espanha, que as relações entre ambos países se intensificam e adquirem um caráter mais profundo. Sob uma perspectiva econômica, a hipótese aqui levantada é de que as medidas de liberalização econômicas, inseridas no contexto do forte neoliberalismo no Sistema Internacional no período, contribuíram para impulsionar positivamente e consideravelmente as relações entre ambos países. Ainda nesse contexto de troca mútua e benéfica de interesses econômicos, deve-se destacar também a expansão do fenômeno de globalização, da integração regional e da diversificação de parcerias. Sobre esse assunto, o autor ressalta que

¹ Do original: “[d]espués de la Segunda Guerra Mundial, el régimen franquista perseguía como principal objetivo su aceptación en el concierto internacional. Puesto que políticamente en el mundo la influencia del régimen franquista era casi nula y que económicamente la situación española era de debilidad y dependencia” (AYLLÓN, 2007, p. 77).

[a] escala do mercado brasileiro poderia gerar esses interesses por si só, mas sua integração no Mercosul implicava um importante valor agregado tanto em termos econômicos quanto na estabilidade política. No caso espanhol, a adesão às comunidades europeias deu a ela, juntamente com Portugal, um novo papel de defensora dos interesses latino-americanos e uma *janela* para as instituições da UE (SANAHUJA, 2012, p. 248, grifo do autor, tradução nossa)².

Ou seja, tanto da parte brasileira quanto da espanhola havia expectativa de grandes benefícios mútuos como resultado do aprofundamento das relações políticas e econômicas que estavam a caminho. Soma-se a isso o fato de, aliado à abertura e liberalização da economia brasileira, a situação econômica do Brasil finalmente atingia a estabilidade, em grande parte graças ao Plano Real (1994), o que possibilitou a atração de capital internacional para a economia brasileira, e em especial do capital das nascentes multinacionais espanholas. Esse, por sua vez, iniciava seu processo de globalização e busca por mercados internacionais, e é nesse contexto que o Brasil surge como uma excelente opção para a penetração das multinacionais ibéricas, especialmente através das compras de empresas nacionais, facilitadas pelo intenso processo de incentivo às privatizações que o Brasil conheceu ao longo da década de 1990. Dentre as multinacionais espanholas que penetraram no mercado brasileiro nesse período, pode-se destacar grandes multinacionais como as da área de finanças (BBVA e Santander), energia (Repsol) e comunicação (Telefónica). A entrada dessas e de outras empresas no mercado brasileiro serão analisadas mais à frente no trabalho, destacando seus impactos e desdobramentos no país.

As inversões espanholas no Brasil, especialmente na forma de IED, foram consideráveis e o Brasil chegou até mesmo a ser o país que mais recebia investimento espanhol na América Latina, na frente de países como México e Argentina (SANAHUJA, 2012). Isso deve-se especialmente ao tamanho do mercado brasileiro, um dos maiores e com maior potencial da região, além de sua posição estratégica na América do Sul, próximo a praticamente todos os países. É importante destacar ainda que, embora tenha adquirido maior importância, o comércio entre os dois países não cresceu tanto quanto o fluxo de capital. As trocas comerciais entre Brasil e Espanha inseriam-se no modelo de trocas norte-sul, no qual esse país europeu nos fornecia bens manufaturados com maior valor agregado, enquanto que as exportações brasileiras eram compostas basicamente por matérias primas e alguns poucos bens semimanufaturados.

² Do original: “La escala del mercado brasileño podría generar por sí mismo esos intereses, pero su integración en el Mercosur suponía un importante valor añadido tanto en términos económicos como en estabilidad política. En el caso español, la adhesión a las comunidades europeas le otorgó, junto a Portugal, un nuevo papel como valedor de intereses latinoamericanos y ventana ante las instituciones de la UE” (SANAHUJA, 2012, p. 248, grifo do autor).

No que tange a aproximação política entre Brasil e Espanha, são de grande relevância os encontros de alto nível entre os oficiais e presidentes dos dois países. Sanahuja (2012) traz que essas visitas refletiam a nova fase das relações bilaterais entre os dois países, o que se traduziu em diversos encontros, no período entre 1995 e 2000, entre Fernando Henrique Cardoso e os presidentes espanhóis González e Aznar, tanto no âmbito bilateral quanto nos encontros em foros multilaterais, como nas Cúpulas UE - América Latina e Caribe e nas Cúpulas Iberoamericanas. Esses encontros deram mais visibilidade para as relações Brasil e Espanha, o que transmitia à opinião pública desses países, através da cobertura midiática, que o aprofundamento dos laços políticos entre ambos era algo relevante para ambas as partes. Deve-se ressaltar, também, que no contexto das Cúpulas Iberoamericanas existem empecilhos que podem interferir na maior cooperação e diálogo entre todas as partes. Grandes especialistas em política externa espanhola, vinculados ao Instituto Elcano (uma *think-tank* espanhola com grandes semelhanças com a brasileira Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG), acreditam que

[s]e o Brasil se une ao México como um dos principais impulsionadores do projeto ibero-americano, o futuro da Cúpula seria mais claro. No entanto, esse é um objetivo extremamente complicado, dada a forte relutância do Brasil em relação ao projeto ibero-americano (ELCANO REPORT N°16, 2014, p. 42, tradução nossa)³.

Cabe ainda ressaltar a importância que as Cúpulas possuem para a Espanha, que as utiliza para manter os laços com os países latino americanos, preservar seus interesses na região e seguir com os projetos em desenvolvimento, planejados principalmente pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGINT). Segundo Carlos Malamud (2011), para a Espanha

[...] [a] relação com a América Latina deve ser construída diariamente, sem improvisação, sem esquecer ou adiar a região. A presença do governo da Espanha, em seu nível mais alto, é importante e deve ser constante, já que se uma relação tão privilegiada não for atendida, ela se deteriorará⁴ (MALAMUD, 2011, p.7, tradução nossa).

No âmbito dos acordos bilaterais entre os dois países, o site do Itamaraty apresenta uma linha cronológica das assinaturas dos convênios e acordos mais relevantes, destacando-

³ Do original: “[s]i Brasil se suma a México como uno de los principales impulsores del proyecto iberoamericano, el futuro de la Cumbres estaría más despejado. Sin embargo, se trata de un objetivo sumamente complicado dadas las fuertes reticencias brasil e as respecto al proyecto iberoamericano” (INFORME ELCANO N° 16, 2014, p.42).

⁴ Do original: “[...] relación con América Latina debe construirse diariamente, sin improvisaciones, y sin olvidar o postergar a la región. La presencia del gobierno de España, a su máximo nivel, es importante y debe ser constante, ya que si una relación tan privilegiada no se cuida, se deteriora” (MALAMUD, 2011, p. 7).

se a assinatura do "Plano de Parceria Estratégica" entre Brasil e Espanha, durante a Cúpula Ibero-Americana de 2003, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia; a assinatura da "Declaração de Brasília sobre a Consolidação do Plano de Parceria Estratégica", por ocasião da visita do Presidente do Governo da Espanha ao Brasil em 2005 e mais tarde, em 2012, a Presidenta Dilma Rousseff realiza visita a Madri, ocasião em que se reúne com o Presidente do Governo, Mariano Rajoy, e com o Rei Juan Carlos I no contexto da assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Nanotecnologia (BRASIL, 2018). Tendo esse projeto de relação estratégica atravessado diversos governos em ambos países, isso revela a considerável importância dada às relações hispano-brasileiras, tidas como essenciais para ambas as partes.

Já no aspecto cultural da cooperação Brasil e Espanha, a hipótese levantada é de que ambos países aproveitaram de algumas políticas dessa esfera para estreitar os laços. Nesse contexto, pode-se destacar o início das atividades da Fundação Cultural Hispano-Brasileira, em 2001, destinada à divulgação e promoção da cultura brasileira na Espanha (2001); o início de programa de bolsas para alunos do Prouni na Universidade de Salamanca, para curso de graduação em 2011 e, em 2012, a chegada à Espanha dos primeiros alunos do Programa Ciência sem Fronteiras (BRASIL, 2018). Soma-se a isso o fato de o Brasil ser o país com a maior quantidade de unidades de Instituto Cervantes no mundo, somando 8 unidades em diferentes capitais do país. Isso reflete a posição estratégica que o Brasil possui aos olhos da Espanha, já que, segundo Badillo e Malamud (2018) a língua espanhola é considerada como um recurso cultural de grande importância para aprofundar as interações entre Espanha e países como Brasil e Estados Unidos, visando despertar interesses mútuos e aprofundar as relações já existentes. Finalmente, ainda no que tange a aproximação cultural entre Brasil e Espanha, destaca-se a já citada Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGINT), a qual tem, dentre outros objetivos, desenvolver

[a] partir do trabalho conjunto para posicionar a cultura como eixo transversal do desenvolvimento, [e assim,] fortalecem-se os Programas e Iniciativas de Cooperação e avança-se na formulação de políticas públicas de forma coordenada com os governos e administrações (SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA, 2018, n.p).

Finalmente, sobre a importância desse trabalho, ela reside, em uma primeira aproximação, no esforço de compreensão das razões que levaram às mudanças nas relações entre Brasil e Espanha durante a década de 1990 e, posteriormente, a explicação dessas razões e o porquê dessas. Direciona-se, especialmente, para as razões ligadas ao advento do neoliberalismo no Sistema internacional no período, juntamente com o fenômeno da globalização e a conseqüente aproximação política entre esses países. Entender tais razões

pode ser útil para tentar entender se essas também foram utilizadas nas mudanças nos parâmetros de relações do Brasil com outros países durante o mesmo período histórico, podendo-se traçar, então, um quadro de possíveis semelhanças ou diferenças entre esses casos e o caso espanhol. Atentar para essas semelhanças e diferenças pode ser útil no estudo das relações internacionais no momento em que se pode estabelecer um quadro de análise das relações do Brasil também com outros países. Como consequência, poderemos verificar, através da comprovação ou não dessas mesmas razões, se o país apresentou um determinado padrão de comportamento no Sistema internacional durante o período analisado.

No que tange à consecução desse trabalho, a metodologia utilizada será uma revisão bibliográfica de livros e artigos sobre política externa e história de ambos países, além de analisar fontes primárias, como indicadores econômicos e documentos oficiais. Soma-se a isso a formulação de hipóteses as quais serão colocadas à prova ao final de cada capítulo, com o auxílio das ferramentas que foram propostas anteriormente. Uma primeira discussão se dará em torno de explicar como se dava as relações entre ambos países anteriormente ao período em questão. Um panorama histórico das relações entre os dois países será traçado para melhor ilustrar a aproximação gradativa que se deu entre Brasil e Espanha. Essa abordagem servirá como um sustentáculo para melhor entender as relações entre os dois países nos anos que se seguiram. As ditaduras Franquista na Espanha (1936-1976) e Militar no Brasil (1964-1985) servirão como marcos importantes dessas relações. Refletir se essas novas relações representaram uma ruptura com a antiga ordem que regia as interações entre os dois Estados é o seguinte passo. Uma segunda parte abordará as relações entre os países no contexto das décadas de 1990 e 2000, ressaltando os pontos já mencionados para explicar as razões para tal aprofundamento de laços ter ocorrido.

As relações mais recentes entre o Brasil e o país Ibérico, em especial no período seguinte à Crise do Euro de 2009, serão abordadas ao final do trabalho, ressaltando como, e se essa afetou as relações bilaterais. Além disso, será discutida a percepção que Brasil e Espanha possuem um do outro, o que pode nos revelar o que ambos países desejam na manutenção e no aprofundamento dos laços políticos e econômicos bilaterais. Na conclusão, finalmente, buscar-se-á arrematar a pesquisa e retomar as hipóteses levantadas, tendo essas sido comprovadas ou não. Desse modo, tornar-se-ão claras as razões para o incremento das relações Brasil - Espanha no contexto das décadas de 1990 e 2000. As razões explicitadas serão de fundamental importância para compreender melhor esse novo posicionamento desses dois países, e se esse representou, ou não, uma ruptura com o posicionamento anterior de ambos.

2 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BRASIL - ESPANHA

Inicialmente, será feito um breve panorama do histórico das relações Brasil - Espanha, uma vez que as interações entre esses países datam de séculos de existência e com relevância para ambos. Esse capítulo será, então, responsável por contextualizar as interações entre os dois países, em sua maior parte sob uma perspectiva brasileira, desde o período colonial brasileiro (1500-1822) até à Nova República (1985-). Desse modo, será possível melhor compreender as bases sobre as quais deu-se a aproximação hispano-brasileira ao longo das décadas de 1990 e 2000, foco desse trabalho.

2.1 Estabelecimento das interações hispano-brasileiras

As relações entre Brasil e Espanha consistem em um conjunto de interações que datam de séculos. Os laços políticos e econômicos, aliados ao histórico de proximidade cultural são fatores de extrema importância para o desenvolvimento e aprofundamento dos laços entre os dois países (SIMÕES, 2017). É possível traçar essas relações desde antes do Período Colonial brasileiro, atravessando o Império até a Nova República. Cabe destacar aqui que, segundo a interpretação de Gonçalves e Silva (2009),

[a]té 1831 a política externa brasileira pertenceu à história de Portugal e não à história do Brasil, pois esteve ligada aos interesses fundamentalmente dos Bragança e dos segmentos sociais a eles acoplados.

[...]

[S]ó com a abdicação de D. Pedro I e a aclamação de D. Pedro II, em 1831, é que se deu efetivamente a separação política do Brasil em relação a Portugal [...] (GONÇALVES; SILVA, 2009, p. 40).

No entanto, não podemos nos debruçar sobre a política externa brasileira sem antes definir o que é a política externa de um Estado e o que essa aborda. A política externa, segundo Mónica Salomón e Leticia Pinheiro (2013), pode ser considerada uma "política pública", porém, com o diferencial de que aquela é aplicada no contexto fora das fronteiras estatais, isso pode dificultar a sua aplicação e ampliar a distância entre seus objetivos e resultados. Soma-se a isso o fato de que

[e]mbora implementada fundamentalmente fora das fronteiras do Estado, a política externa resulta e promove arranjos institucionais-burocráticos domésticos diversos, bem como articulações políticas internas de variadas dimensões (SALOMÓN e PINHEIRO, 2013, p. 41).

É nesse contexto que se insere a lógica dos jogos de dois níveis de Robert D. Putnam (2010), a qual defende que a política doméstica de um Estado e suas relações internacionais estão mutuamente conectadas e se auto-influenciam. O debate em torno de qual esfera, a nacional ou a internacional, determina a outra seria infrutífero e o mais recomendado seria se dedicar a responder as perguntas de "como" e "quando" uma influencia a outra (PUTNAM, 2010). Ainda cabe destacar uma outra definição de política externa, que se pode considerar como um complemento à primeira, que seria a de Vendulka Kubalkova (2001) a qual define a política externa como sendo um

processo de multicamadas, associado a contatos oficiais com países estrangeiros, incluindo modelos *decisórios* de barganha e estratégias de escolha racional, objetivos e meios, *ambiente internacional ou fontes domésticas de [política externa]*, aparatos de política externa de agências, relações, hierarquias, comunicações dentro da natureza da política doméstica, percepções de *fatores psicológicos* e percepções errôneas, ideologias, psicologia de indivíduos e grupos, imagens de outros países, *ambiente externo (também chamado de "teorias de médio alcance")*, i.e., geopolítica, tecnologia, geografia, desenvolvimento, "expansão lateral" [e] debate sobre estrutura de agentes (KULBALKOVA, 2001, p. 16, grifos do autor, tradução nossa)⁵.

Considerando, portanto, o Brasil como parte constituinte do Império Português, sua política externa estava muito vinculada a diversos interesses distintos, como os da família real portuguesa e da política interior de Portugal, por exemplo. Visto isso, podemos destacar a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494)⁶ como o marco inicial das relações diplomáticas entre Brasil, na época sob controle português, e a Espanha, tendo a Coroa de Castela como uma das entidades políticas mais poderosas da região. Nesse acordo, de conhecimento amplo e de grande relevância histórica, segundo Luiz Felipe de Seixas Corrêa (1994), "o mundo foi dividido em hemisférios por um meridiano traçado a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, atribuindo-se a Castela tudo o que ficasse ao Ocidente e a Portugal o que se contivesse no Oriente" (CORRÊA, 1994). Ou seja, as terras que ainda seriam descobertas, no que se convencionou chamar de Era dos Descobrimentos, já estavam divididas entre Portugal e Espanha. E o Brasil, em um primeiro momento, chamado de Ilha de Vera Cruz, se localizaria no "lado português" desse meridiano imaginário.

⁵ Do original: "multilayered process, associated with official contacts with foreign countries, including *decision making* models of bargaining and rational choice strategies, objectives, and means, *international environment or domestic sources of [foreign policy]*, *fp* apparatus of agencies, relations, hierarchies, communications within the nature of domestic politics, *psychological factors* perceptions, and misperceptions, ideologies, psychology of individuals and groups, images of other countries, *external environment (also called middle range theories)*, i.e., geopolitics, technology, geography, development, "lateral expansion" [and] agent structure debate" (KULBALKOVA, 2001, p. 16, grifos do autor).

⁶ Ver Figura 1, "Mapa dos tratados de limites que estabeleceram as fronteiras do Brasil entre 1494 a 1801", em anexo.

Sobre a ocupação e a posse das terras então descobertas na América, é importante destacar que, devido a indefinição da linha imaginária de Tordesilhas, prevaleceu a ocupação efetiva do território como forma de demarcação (CINTRA, 2012, p. 426). Esse princípio ficou conhecido como *uti possidetis*, o qual dizia que a terra pertenceria àquele que a ocupasse. Foi estabelecido, portanto

um *derecho internacional consuetudinario* conhecido como o princípio do "*Uti Possidetis*", e que serviu para aplicar o aforismo latino que se traduz em quem tem a posse "*de facto*" pode continuar a possuir o "*de jure*", institucionalizando o *Estado de Derecho* em todo país americano, uma vez libertado do domínio secular espanhol desde 1810 (ACEVEDO, 2012, p.149, grifos do autor, tradução nossa)⁷.

No entanto, deve-se destacar que o Tratado de Tordesilhas e sua aplicação era defendido pelas coroas Ibéricas, especialmente por Portugal, mas não pelos demais países europeus. Como consequência, mais tarde, teremos poderes europeus externos ao Tratado de Tordesilhas, como a França e os Países Baixos, que irão invadir a colônia lusa na América, primeiramente os franceses, em 1555 e 1594 e, 30 anos mais tarde, os holandeses em 1624 e 1630. Nesse último caso, é fundamental destacar que o Brasil, nesse período, estava sob administração da coroa espanhola, período no qual ficou conhecido como a União Ibérica (1580-1640). Nessa, as coroas portuguesas e espanhola se unificaram sob a Dinastia dos Habsburgo, atravessando os reinados de Filipe I, Filipe II e Filipe III (espanhóis, conhecidos como Filipe II, Filipe III e Filipe IV na Espanha). Uma vez que o Reino de Portugal e Algarves estava sob controle espanhol, formando agora um único reino, as possessões lusas passaram também a estar sob administração espanhola. Portanto, no que tange as fronteiras das colônias americanas,

[s]e as circunstâncias originais da colonização lusa do Brasil haviam tornado secundária a demarcação do meridiano de Tordesilhas, em 1580, com a União Ibérica, a questão tornou-se para todos os efeitos irrelevantes. E foi graças aos sessenta anos que durou o “Período dos Felipes” ou “Período Filipino”, que o Brasil adquiriu as linhas gerais da conformação que hoje ostenta e que o torna um dos maiores países do mundo em extensão territorial (CORRÊA, 1994, p. 10).

Ou seja, a linha imaginária de Tordesilhas foi relegada a segundo plano, o que abriu margem para os exploradores luso-brasileiros adentrarem o continente sul-americano e expandirem, através do *uti possidetis*, seus assentamentos e controle. Soma-se a isso o fato dos espanhóis estarem com suas atenções voltadas para a extração de ouro e prata das regiões

⁷ Do original: "un *derecho internacional consuetudinario* conocido como principio del "*Uti Possidetis*", y que sirvió para aplicar el aforismo latino que se traduce en que quien tiene la posesión de "*facto*" puede seguir poseyendo el de "*iure*", al institucionalizarse el *Estado de Derecho* en cada país americano, una vez liberado del dominio secular español desde 1810" (ACEVEDO, 2012, p.149).

que hoje são Peru e Bolívia. Synésio Sampaio Goes Filho (2016) nos traz que o Império Espanhol, na América do Sul, estava muito centralizado em Lima, cidade portuária situada aos pés dos Andes, e nas regiões montanhosas ao redor, especialmente devido às grandes reservas minerais encontradas em Potosí (Bolívia). Goes Filho indaga ainda as motivações dos espanhóis em defender os territórios hispânicos na América do Sul dos portugueses: "[p]or que iriam, então, os espanhóis dos seiscentos e dos setecentos descer a montanha para aventurar-se na selva amazônica, hostil, cheia de febres e animais repulsivos, se tinham à mão as maiores riquezas do universo?" (GOES FILHO, 2016, p. 38). Portanto, a relativa negligência espanhola e a irrelevância de Tordesilhas, aliada aos movimentos bandeirantes e as entradas, fizeram com que o território da colônia portuguesa na América se expandisse grandemente.

As entradas e o bandeirantismo, por sua vez, tiveram grande relevância para essa expansão espacial brasileira, uma vez que esses desbravadores, advindos especialmente de São Paulo, no caso dos bandeirantes, lançaram-se no interior da colônia em busca de riquezas minerais e do apresamento de indígenas. As primeiras entradas antecederam o início do estabelecimento da colonização de fato do território português na América. Essas tiveram como objetivo procurar metais preciosos no interior do espaço colonial (COSTA; FARIAS, 2009). Houve entradas que possibilitaram, também, a ocupação da terra através da pecuária e da busca por drogas do sertão, especialmente nas regiões ao norte da colônia. As bandeiras, por sua vez, eram expedições organizadas, geralmente, por luso-brasileiros durante os séculos XVII e XVIII, tendo o seu núcleo de organização em São Paulo. Segundo Ricardo Luiz de Souza, "[a] existência do bandeirismo [...] é reconhecida pela Coroa já no período colonial, sendo associada à captura de indígenas, tendo em vista a sua escravização" (SOUZA, 2007, p. 153).

Esses movimentos de desbravamento do território colonial muito contribuíram para a ocupação efetiva do interior da colônia brasileira, e por consequência, do continente sul-americano. Somando isso com ao fato de a União Ibérica ter sido, como exposto anteriormente, um período de negligência do cumprimento do Tratado de Tordesilhas, a colônia lusa na América viu seus domínios se estenderem para o interior sem muitos entraves da Coroa Espanhola. Portanto,

[a] expansão portuguesa pelo interior no Norte-Nordeste, através das entradas; pelo canto- oeste, sul e norte, através das bandeiras; pela Amazônia, através das fortificações e das missões religiosas, alargou, sobremaneira, as suas possessões na América do Sul em detrimento das possessões espanholas. Como uma das consequências, forçou a adoção de mudanças nos princípios jurídicos que definiam o direito de uma metrópole sobre um território colonial, substituindo o princípio do

direito por descoberta pelo princípio do direito de posse (COSTA; FARIAS, 2009, p. 9).

Assim, o Tratado de Madri (1750), acordado entre as metrópoles Ibéricas, garantiu as novas posses portuguesas na América do Sul (em detrimento do “direito” espanhol anterior de ocupá-las), delineando as fronteiras da colônia brasileira que seriam as bases para a atual configuração do território do Brasil. Finalmente, como resultado principal do fim da União Ibérica, em 1640, temos a expansão dos limites dos territórios da colônia brasileira. Nas palavras de Seixas Corrêa (1994),

[...] o fato é que, ao terminar a União Ibérica, se bem ainda se encontrassem no Nordeste do Brasil os holandeses inimigos de Castela (de onde só seriam expulsos em 1654), os limites da ocupação lusitana da América haviam-se expandido consideravelmente (CORRÊA, 1994, p. 11).

Adiantando-nos para o período imperial brasileiro, é importante destacar que “a Espanha só reconheceu a independência do Brasil em 1834, após a morte do Rei Fernando VII e apesar de solicitada em nota do Visconde de Itabaiana, Ministro do Brasil em Londres, em 3 de março de 1826” (FUNAG, 2018). Desse modo, foi dado início, oficialmente, às relações diplomáticas entre ambos países soberanos. Esse grande intervalo de doze anos entre a independência brasileira e o reconhecimento pela Espanha deu-se devido à entaves políticos das metrópoles ibéricas com as recém-independentes colônias americanas, no início do século XIX (SIMÕES, 2017). Com a abertura de uma representação diplomática espanhola no Rio de Janeiro, capital do então Império do Brasil, após a independência brasileira, foi dada as bases para as relações internacionais formais entre os dois países (MAEC, 2018).

Em 1871, o Imperador D. Pedro II decide viajar à Europa, após reinar no Brasil por mais de trinta anos sem nunca ter visto terras estrangeiras (WILLIAMS, 1937). Dentre as motivações para essas viagens, estava o fato de sua filha, Leopoldina, ter morrido de tifo na Áustria em fevereiro daquele ano juntamente com uma situação de saúde delicada de sua mulher, Dona Thereza, exigindo um tratamento mais adequado no Velho Continente. Nessa excursão à Europa, além de visitar e estudar países como Portugal, França, Alemanha e Inglaterra, o Imperador visitou Madri, em junho daquele ano, recebendo uma ligação do Rei Amadeu I e visitando o Museu do Prado (WILLIAMS, 1937, p.153). Isso revela o caráter cordial entre os dois monarcas, ao mesmo tempo em que marcava a admiração de D. Pedro, e, portanto, brasileira à Espanha e suas riquezas.

Um outro aspecto importante das relações hispano-brasileiras ainda no período imperial brasileiro foi o início da migração de espanhóis ao Brasil. Esse processo iniciou-se por volta de 1880 e assume grande relevância para as interações entre ambos Estados

(BRASIL, 2018). Sobre a migração de espanhóis para o país, vale ressaltar a relevância até mesmo estratégica do Brasil na acolhida desses imigrantes, em diversos períodos da história recente. Segundo a Oficina de Informação Diplomática espanhola, do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação (OID/MAEC),

[d]esde os últimos trinta anos do século XIX até a primeira metade do século XX, o Brasil era um dos destinos favoritos dos emigrantes espanhóis e permaneceu como tal, junto com Argentina e Venezuela, quando os fluxos migratórios quase desapareceram para outros países ibero-americanos, nos anos cinquenta e sessenta do século passado (MAEC, 2018, p. 6, tradução nossa)⁸.

Essa tradição brasileira em receber tamanha quantidade de espanhóis tem início já no século XIX, com destaque para a dita década de 1880. Essa, por sua vez, é considerada a década em que se inicia a imigração espanhola oficial em grande escala para o país (BRASIL, 2018). O Brasil recebeu um grande afluxo de imigrantes espanhóis por diversos fatores, dentre eles a proximidade com os demais países de língua espanhola da América do Sul, todos ex-colônias de Espanha. Isso apresenta um impacto até os dias atuais, uma vez que “[m]ais de quinze milhões de brasileiros são agora descendentes diretos dos espanhóis [,] [e a] colônia espanhola no Brasil reúne cerca de 133.000 pessoas e é a quarta na América Latina⁹” (OID/MAEC, 2018, p. 6). Além disso, segundo Antônio Simões (2017, p. 21): “[v]ale lembrar que o terceiro maior contingente de imigrantes europeus no Brasil são os espanhóis, depois dos portugueses e italianos”. Isso reflete o aprofundamento progressivo dos laços hispano-brasileiros não só nas esferas política e econômica, mas também na esfera social e cultural, com a herança espanhola estando presente no país desde o período anterior à República brasileira.

Adentrando, portanto, no período republicano brasileiro, deve-se destacar que o governo espanhol reconheceu a República dos Estados Unidos do Brasil em 1890, não tendo demorado mais de uma década, como o fez com relação a independência brasileira de Portugal em 1822 (SIMÕES, 2017). Cabe trazer também que em 1933 a delegação do Brasil na Espanha é elevada à categoria de embaixada, o que passa a conferir um maior dinamismo e formalidade nas relações entre ambos países, visto o aumento no grau de representatividade brasileira no país Ibérico (BRASIL, 2018). Soma-se a isso o fato de, entre 1936 e 1940, chegar ao Brasil uma nova onda migratória espanhola (BRASIL, 2018), esses vindos

⁸ Do original: "Desde el último tercio del siglo XIX hasta la primera mitad del XX, Brasil fue uno de los destinos preferidos de los emigrantes españoles y se mantuvo como tal, junto con Argentina y Venezuela, cuando casi habían desaparecido las corrientes migratorias a otros países iberoamericanos en los años cincuenta y sesenta del siglo pasado" (MAEC, p. 6, 2018).

⁹ Do original: "Más de quince millones de brasileños son hoy descendientes directos de españoles. La colonia española en Brasil reúne a unas 133.000 personas y es la cuarta de América Latina" (OID/MAEC, p.6, 2018).

especialmente em razão da Guerra Civil na Espanha (1936-1939) e da escalada de violência e perseguição política no país nos anos iniciais do regime do general Francisco Franco. Por sua vez, o governo franquista considerou a emigração como “uma válvula de segurança diante das tensões sociais causadas pelo desemprego, pelas greves e pelo deslocamento maciço de populações rurais empobrecidas para as grandes cidades” (MONTAGUT, 2018).

É importante destacar que, segundo Pino (2004), o governo Vargas reconheceu de imediato a II República Espanhola, em 1931, o que mostra novamente a cordialidade formal entre ambos países. É curioso também o fato de que a Constituição Republicana espanhola de 1931 cita diretamente o Brasil no artigo 24.2, justamente no tópico de imigração e nacionalidade, matéria que muito afeta as relações bilaterais entre ambas partes. Nesse,

[c]om base numa reciprocidade internacional eficaz e através dos requisitos e procedimentos a serem estabelecidos por lei, os cidadãos de Portugal e dos países hispânicos da América, incluindo o Brasil, receberão a cidadania quando assim solicitarem e residirem em território espanhol, sem perder ou modificar sua cidadania de origem (ESPANHA, 1931, tradução nossa)¹⁰.

No entanto, as relações diplomáticas entre Brasil e Espanha foram interrompidas durante quatro anos, entre 1946 e 1950, como consequência do cumprimento da resolução nº 39 (I) da Organização das Nações Unidas (ONU). Nessa, o governo de Franco foi acusado de se estabelecer no poder com o auxílio dos países do Eixo; ter ajudado Hitler e Mussolini na Segunda Guerra Mundial e não ter a legitimidade necessária para ser o governo representante dos espanhóis. Nessa resolução, portanto, a Assembleia Geral de 1946

[r]ecomenda que, dentro de um prazo razoável, não seja estabelecido um governo que tire sua autoridade do consentimento do governado, comprometido a respeitar a liberdade de expressão, religião e reunião e a pronta realização de uma eleição na qual o povo espanhol, livre de força e intimidação e independentemente de partido, possa expressar sua vontade, o Conselho de Segurança considera as medidas adequadas a serem tomadas a fim de remediar a situação;

Recomenda que todos os membros das Nações Unidas convoquem imediatamente de Madrid seus plenipotenciários, embaixadores e ministros, credenciados ali.

A Assembléia Geral recomenda ainda que os Estados Membros da Organização informem ao Secretário-Geral e à próxima sessão da Assembléia que ações tomaram de acordo com esta recomendação¹¹ (UNITED NATIONS, 1946, p. 64, grifo do autor, tradução nossa).

¹⁰ Do original: "A base de una reciprocidad internacional efectiva y mediante los requisitos y trámites que fijará una ley, se concederá ciudadanía a los naturales de Portugal y países hispánicos de América, comprendido el Brasil, cuando así lo soliciten y residan en territorio español, sin que pierdan ni modifiquen su ciudadanía de origen" (ESPANHA, 1931).

¹¹ Do original: "*[r]ecommends* that if, within a reasonable time, there is not established a government which derives its authority from the consent of the governed, committed to respect freedom of speech, religion and assembly and to the prompt holding of an election in which the Spanish people, free from force and intimidation

Porém, em 1950 as relações foram retomadas e o Brasil envia o embaixador Rubens Ferreira de Melo, sinalizando uma nova etapa das relações entre ambos países. Houve, então, a retomada da tradicional cordialidade entre os dois Estados e assuntos como os intercâmbios comerciais e questões migratórias foram retomadas com normalidade (PINO, 2004, p. 283).

No contexto de visitas oficiais entre ambos países, cabe destacar que o primeiro presidente brasileiro a visitar a Espanha foi Juscelino Kubitschek. Sobre isso, Antonio Simões traz que “[a]pós anos de relações relativamente distantes, em período caracterizado pelo isolamento internacional da Espanha durante o Regime franquista, o presidente eleito Juscelino Kubitschek visita Madri, em 1956” (SIMÕES, 2017, p. 27). Uma visita brasileira desse porte à Espanha só iria voltar a acontecer em 11 de abril de 1984, quando da visita do General João Baptista de Oliveira Figueiredo, inserida no contexto da diplomacia do Universalismo desse presidente. Da parte espanhola, visitas oficiais de altos representantes do governo espanhol só se tornaram frequentes a partir de 1976, ou seja, após a redemocratização do país europeu. Dentre essas, podemos destacar ainda as visitas do presidente espanhol Adolfo Suárez, em 04 de agosto de 1979; dos Ministros de Assuntos Exteriores Gregorio López-Bravo (1971), Marcelino Oreja (1979) e Fernando Morán (1983); além do Rei Juan Carlos e da Rainha Sofia, em 14 de maio de 1983 (PINO, 2004).

2.2 Irrelevância mútua: as ditaduras Militar brasileira e Franquista espanhola

O período que compreende a Ditadura Militar brasileira não avançou significativamente nas relações com Madri. Pode-se, por exemplo, trazer que no site do Itamaraty na seção de “cronologia das relações bilaterais” com o Reino da Espanha, no período entre 1964 e 1985, não há assinalado nenhum marco nas relações entre os dois países (BRASIL, 2018). Isso revela o superficial desempenho das relações hispano-brasileiras que marcaria praticamente todo o período. Ademais, parte significativa dos autores e da bibliografia sobre as relações entre Brasil e Espanha utilizam o marco da década de 1990 para estudar o aprofundamento das interações entre os dois países, relegando, então, o período das ditaduras Franquista e Militar brasileira a um segundo plano.

and regardless of party, may express their will, the Security Council consider the adequate measures to be taken in order to remedy the situation;

Recommends that all Members of the United Nations immediately recall from Madrid their Ambassadors and Ministers plenipotentiary accredited there.

The General Assembly further recommends that the States Members of the Organization report to the Secretary-General and to the next session of the Assembly what action they have taken in accordance with this recommendation" (UNITED NATIONS, 1946, p. 64).

Pode-se, por exemplo, trazer que, segundo Antonio Simões (2017), atual Embaixador do Brasil na Espanha, as transformações nas relações hispano-brasileiras foram significativas nas últimas duas décadas, tendo essas ensaiado canais mais regulares de diálogo e apresentando-se como oportunidades mútuas de cooperação, em um “contexto marcado pela baixa densidade das relações políticas e econômicas” (SIMÕES, 2017, p. 26). Além de Simões, pode-se destacar o que diz José Antonio Sanahuja (2012), que considera que

[s]ão talvez as visitas ao Brasil do presidente espanhol Adolfo Suárez em 1979 e do Rei Juan Carlos em 1983, bem como as visitas a Espanha do presidente Figueiredo em 1984 e do primeiro presidente eleito Tancredo Neves em 1985, os marcos que dão início a uma nova etapa de rápida aproximação [entre os dois países]¹² (SANAHUJA, 2012, p. 247, tradução nossa).

Soma-se a isso o fato de o Brasil, durante grande parte do século XX, estar voltado para o desenvolvimento nacional, especialmente no que tange a modernização econômica e social, além da industrialização de sua economia baseada no Processo de Substituição de Importações. Sobre isso, Antonio Simões (2017) afirma que

"[n]a medida em que o Brasil, na segunda metade do século XX, priorizou a aquisição de insumos - capital, tecnologias e apoio político - tendentes a favorecer seu processo de desenvolvimento nacional, o clima de tradicional amizade e cordialidade com a Espanha não se afigurava como fonte de oportunidades de benefício material" (SIMÕES, 2017, p. 27).

Inserido, então, em um contexto de parcerias estratégicas para o desenvolvimento nacional, a Espanha não aparecia como um parceiro relevante a curto prazo, o que contribuiu para a manutenção de relações de baixo perfil entre ambos países, destacando, porém, que as relações hispano-brasileiras permaneceram marcadas pela ausência de conflitos e pela cordialidade mútua. Esse quadro, apesar de não estimular uma possível rivalidade entre ambos Estados, também não contribuiu para aproximar Brasil e Espanha. Segundo Pino (2004), durante a ditadura de Francisco Franco, o país buscava encontrar o seu país no sistema internacional, buscando legitimar o seu regime e buscando desenvolver a economia espanhola, à época um tanto frágil e debilitada. Um outro fato importante que Pino (2004) destaca seria a relação triangular entre Portugal, Brasil e Espanha. Em uma situação como essa, um país se utiliza das relações com um outro desse triângulo para afetar como se dá as interações com o terceiro país. Nesse caso,

¹² Do original: "Son quizás las visitas a Brasil del presidente español Adolfo Suárez en 1979 y del Rey Juan Carlos en 1983, así como las visitas a España del presidente Figueiredo en 1984, y del primer presidente electo, Tancredo Neves, en 1985, los hitos que dan inicio a una nueva etapa de rápido acercamiento [entre los dos países]"(SANAHUJA, 2012, p. 247).

[n]ão era interessante, portanto, se indispor com os portugueses com iniciativas e políticas desenvolvidas pela Espanha no Brasil que pudessem comprometer o bom estado das relações com o parceiro ibérico. Somente após o fim das duas ditaduras e mais diretamente quando os dois países se juntarem à CEE, haverá uma convergência e um paralelismo de interesses estratégicos¹³ (PINO, 2004, p. 256, tradução nossa).

Do ponto de vista espanhol, deve-se destacar que Francisco Franco não demonstrou grande interesse pelas relações com a América Latina, e isso por consequência se refletia no Brasil. Segundo Cobuccio (2011), prevalecia na Espanha um discurso político com teor neocolonial, com relação a América Latina, o que revelava uma cobiça de Madri em manter o caráter assimétrico das relações hispano-latino-americanas. Além disso, segundo Cobuccio (2011, p. 149), "[t]al discurso também era vazio e sem substância do ponto de vista econômico à luz das correntes de comércio inexpressivas e da pouca presença dos investimentos espanhóis na região". Soma-se a isso o fato de o governo franquista, como já exposto, estar preocupado em se legitimar no cenário internacional e estar mais voltado para as relações com seus vizinhos europeus. Contudo, o que Pino (2004) chama de "hipótese da mútua irrelevância" das relações Brasil-Espanha até a década de 1990, não se traduziu em uma completa ausência de interações entre os dois Estados. Para ele,

"[a] hipótese de irrelevância mútua não implica a ausência de relacionamentos. Pelo contrário, não se nega a sua existência nem a proliferação de contatos entre dois países que, além disso, compartilhavam significativos laços históricos e sociais" (PINO, 2004, p. 240, tradução nossa)¹⁴.

Dentre essas interações entre ambos os países durante o período da Ditadura Militar brasileira, pode-se destacar a assinatura do Acordo sobre Higiene e Sanidade Veterinárias em 1971 (SIMÕES, 2017); o Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear em 1983 (MAEC, 2018) e a assinatura do Convênio de Defesa Fitossanitária em 1984 (MAEC, 2018). É importante trazer também que, segundo Pino (2004), houve uma certa coordenação na política exterior de ambos países no que tange os foros multilaterais, trazendo como exemplo os votos brasileiros nas Nações Unidas que favoreciam a Espanha em questões como as de Gibraltar e do Saara Ocidental, e do voto espanhol que favorecia o Brasil quando da discussão sobre o Mar Territorial.

¹³ Do original: "No interesaba, en consecuencia, indisponer a los portugueses con iniciativas y políticas desarrolladas por España en Brasil que pudiesen comprometer el buen estado de las relaciones con el socio ibérico. Solamente, a partir del final de las dos dictaduras y más directamente cuando los dos países ingresen en la CEE, se producirá una convergencia y un paralelismo de intereses estratégicos" (PINO, 2004, p. 256).

¹⁴ Do original: "La hipótesis de la mutua irrelevancia no conlleva la ausencia de relaciones. Por el contrario, no se niega su existencia ni la proliferación de contactos entre dos países que, además, compartían significativos vínculos históricos y sociales" (PINO, 2004, p. 240).

No que tange as relações comerciais entre Brasil e Espanha nesse período, e em especial na década de 1970, Brasília estava empenhada em diversificar seu leque de parcerias econômicas e estratégicas. É nesse contexto que, sob o mandato do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979), a diplomacia brasileira viveu sob as diretrizes do chamado "Pragmatismo Responsável". Essa estabelecia que o Brasil não se alinharia automaticamente a nenhum país por ideologia, e sim estabeleceria relações comerciais, diplomáticas, militares e de cooperação tecnológica com Estados que pudessem oferecer em decorrência da opção pelo desenvolvimento e no sentido de diminuir a dependência que o Brasil tinha em relação às potências (CERVO; BUENO, 2010). Esses princípios estariam presentes durante todo o governo Geisel, o que pode ser ilustrado no discurso do Chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira, em 1974, ao receber o cargo de Ministro das Relações Exteriores:

[d]e todos os modos, cabe-nos ter sempre em mente as possibilidades concretas e reais do Brasil, não confiando apenas no automatismo de um crescimento inevitável, mas sim, trabalhando tenazmente o presente e projetando com fé o futuro, "olhos postos no bem-estar crescente do povo brasileiro e na maior grandeza da Pátria", como disse o Presidente Geisel. Por isso, a política exterior do Governo brasileiro, hoje assinalada, repito, pela busca do desenvolvimento econômico e social — em que deve repousar a segurança do país — se caracteriza pelo claríssimo propósito de abrir para o Brasil as opções do futuro e de preservá-las integralmente (FUNAG, 2018).

A Espanha, então, passa a chamar um pouco a atenção da divisão econômica do Itamaraty, quando essa em 1970 firmou um Tratado Comercial de caráter preferencial com a Comunidade Econômica Europeia, o que poderia prejudicar as vendas de produtos nacionais ao país Ibérico. Esse, por sua vez, acumulava déficits crescentes com o Brasil, o que preocupava as autoridades econômicas espanholas que exigiam um reequilíbrio dos saldos comerciais e gerou um ambiente de animosidade entre ambos países (PINO, 2004). Finalmente, adentrando brevemente na década de 1990, pode-se considerar esse como o período histórico mais relevante para o presente trabalho, destacando que até meados dessa década as relações entre Brasil e Espanha eram modestas e pouco diversificadas, registrando um baixo volume e baixo perfil de cooperação. Isso não era o esperado, uma vez que o Brasil se apresentava como um grande mercado consumidor e como uma economia que vinha apresentando bons índices de estabilidade econômica pós Plano Real, enquanto a Espanha vinha acumulando taxas de crescimento econômico, especialmente como consequência da adesão à União Europeia (ARAHUETES e HIRATUKA, 2007). O aprofundamento significativo das interações hispano-brasileiras se dará, então, nesse período, e será melhor discutido no capítulo seguinte.

2.3 Conclusões preliminares

As relações entre Brasil e Espanha, desde o período colonial brasileiro até a década de 1990, foram marcadas pela cordialidade e pela ausência de conflitos e atritos significativos. Atravessando o período colonial, no qual o Brasil e sua política externa eram vinculados a Portugal, passando pela Monarquia e finalmente na República, as relações entre ambos países foram adquirindo contornos mais delineados e profundos, uma vez que a ex-colônia lusa adquiriu um status de Estado soberano e viu na Espanha um parceiro europeu relevante. Deve-se destacar que não houve ressentimento entre ambos países nem de parte espanhola, com a expansão do território brasileiro em detrimento das possessões espanholas na América do Sul, nem mesmo do Brasil, com a ocupação e administração espanhola no Brasil durante o período da União Ibérica. Isso muito se deve ao fato que as relações exteriores do Brasil ainda eram vinculadas a Portugal, o que, no momento que a colônia lusa conseguiu sua independência, fez com que as relações hispano-brasileiras tivessem seu começo em uma espécie de "página branca".

Soma-se a isso o fato da imigração de espanhóis para o Brasil, já na década de 1880, ter em muito contribuído para o aprofundamento, ou pelo menos para a manutenção da cordialidade, das relações entre ambos países. A pauta da imigração de espanhóis era tida como de extrema relevância para ambas partes, o que contribuiu para desenvolver um canal de comunicação quase que permanente entre ambos países, desde o século XIX. Além disso, considerando que hoje há um grande contingente de espanhóis e descendentes desses no país, essa temática ainda é bem explorada e influenciou/segue influenciando, as relações políticas e sociais entre ambos Estados.

No que tange o período da Ditadura Militar brasileira e a Franquista na Espanha, faz-se necessário destacar que as relações bilaterais e multilaterais hispano-brasileiras não se desenvolveram consideravelmente, com diversos autores da literatura especializada considerando somente a partir de meados da década de 1990 como um marco decisório no aprofundamento dessas interações. Contudo, não se pode considerar inexistentes tais relações, uma vez que houve a assinatura de diversos convênios e acordos, até mesmo de temas estratégicos para ambas partes, como o Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear em 1983; uma certa coordenação na política exterior nos foros multilaterais e na busca da Espanha como um potencial parceiro estratégico para alcançar o desenvolvimento nacional, no contexto do Pragmatismo Responsável de Geisel e no Universalismo de Figueiredo.

De todo modo, pode-se dizer que as relações hispano-brasileiras no contexto da década de 1990 se deram sobre uma estrutura política e econômica relativamente bem estruturada, o que possibilitou o aprofundamento dessas interações nos anos que se seguiram. No capítulo seguinte, explicar-se-á as razões pelas quais as relações entre Brasil e Espanha atravessaram uma guinada positiva, especialmente no que tange a aproximação econômica e política bilateral. Desse modo, e dada as bases para explicar essas interações mais recentes, veremos de que modo fenômenos como a Globalização e o Neoliberalismo, de grande relevância para entender o Sistema Internacional à época, influenciaram nas relações do Brasil com o país Ibérico.

3 APROFUNDAMENTO ECONÔMICO E POLÍTICO: AS DÉCADAS DE 1990 E 2000

As relações entre Brasil e Espanha, como já exposto, atravessaram um período de grande prosperidade no período iniciado na década de 1990. Dentre as razões para isso, deve-se destacar alguns conceitos e fenômenos chave, como a globalização e o neoliberalismo. É a partir da redemocratização de ambos países, aliada à maior abertura do mercado brasileiro para o comércio internacional e a internacionalização do capital espanhol, especialmente sob forma de Investimento Externo Direto (IED), que as relações econômicas bilaterais despontaram. As nuances desses fenômenos, e como esses se entrelaçaram com as relações políticas e culturais entre Brasil e Espanha, serão explicadas nesse capítulo.

3.1 Globalização e Neoliberalismo: ferramentas de diálogo e aproximação

Para analisarmos as relações de Brasil e Espanha no contexto das décadas de 1990 e 2000, faz-se necessário compreender o fenômeno da globalização como um grande impulsionador do aprofundamento das interações entre esses dois países. A globalização pode ser definida, em linhas gerais e com algumas divergências na literatura, como um movimento de aproximação de diversas culturas, economias e políticas de diversos países, através do contato e das trocas materiais e imateriais entre diferentes povos. Cavusgil, Knight e Riesenberger (2017) fazem uma definição de globalização dos mercados internacionais, na qual acreditam que esse fenômeno

[r]efere-se à integração gradual e crescente interdependência das economias nacionais. O declínio das barreiras comerciais e as rápidas mudanças nas tecnologias de comunicações, manufatura e transporte estão permitindo que as empresas se internacionalizem de maneira muito mais rápida e fácil do que nunca (CAVUSGIL, KNIGHT e RIESENBERGER, 2017, p. 58, tradução nossa)¹⁵.

Os autores ainda fazem uma divisão didática e interessante desse fenômeno em quatro etapas, desde o início do século XIX até os dias atuais. A primeira fase teria começado por volta de 1830 e atingido o seu auge no final do século, com o surgimento e dispersão das ferrovias ao redor do mundo, o avanço do transporte marítimo, o estabelecimento de grandes manufaturas e a invenção do telégrafo e dos primeiros telefones. A segunda fase teve início por volta de 1900, tendo perdurado até a Grande Depressão de 1929. Foi marcada pela difusão

¹⁵ Do original: "Globalization of markets refers to the gradual integration and growing interdependence of national economies. Declining trade barriers and rapid changes in communications, manufacturing, and transportation technologies are enabling firms to internationalize much more rapidly and easily than ever before" (CAVUSGIL, KNIGHT e RIESENBERGER, 2017, p. 58).

da energia elétrica e da produção de aço, além do estabelecimento das primeiras empresas multinacionais, especialmente europeias, como fruto da expansão de suas atividades para suas colônias na África, Ásia e Oriente Médio (CAVUSGIL, KNIGHT e RIESENBERGER, 2017), expandindo então o tamanho de seu mercado consumidor a níveis globais.

A terceira fase da globalização teve duração aproximada entre 1948 e 1970, tendo o pós Segunda Guerra Mundial como fator mais relevante. A demanda por produtos no pós-guerra e a reconstrução dos países envolvidos estimulou grandemente a economia mundial, a qual contava agora com instituições financeiras internacionais como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), estabelecidos no contexto da Conferência de Bretton Woods (1944) (CAVUSGIL, KNIGHT e RIESENBERGER, 2017). Soma-se a isso o estabelecimento do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1947, inaugurando uma época de redução de barreiras e de liberalização comercial, cenário que estimulou a consolidação e estabelecimento de diversas multinacionais provenientes de diversos países desenvolvidos da Europa, EUA e Japão.

Finalmente, a quarta fase teve início por volta de 1980 e segue até os dias atuais. Essa, na qual se insere a totalidade da nossa discussão, é caracterizada pela privatização de empresas estatais em economias em desenvolvimento, grandes avanços na informática, informação, comunicação e transportes, além de um crescimento significativo do mercado dos países emergentes (CAVUSGIL, KNIGHT e RIESENBERGER, 2017). Deu-se também prosseguimento às políticas de abertura comercial e redução das barreiras de comércio, além da já mencionada política de privatizações das estatais de países em vias de desenvolvimento. É nesse contexto que se insere o neoliberalismo no cenário internacional, também de fundamental importância para entendermos as relações Brasil e Espanha nos anos 1990 e 2000.

Em linhas gerais, o neoliberalismo é uma corrente de pensamento econômica e política que tem suas raízes no Liberalismo Clássico inglês dos séculos XVIII e XIX, representado por figuras como Adam Smith (1723-1790) e sua obra "Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações" (1776), e também tendo como marco relevante a abolição das chamadas Leis dos Cereais, que estabeleciam limites à importação de grãos, revogadas em 1846 (PHILLIPS, 2007). Portanto, o neoliberalismo é um defensor do *laissez-faire* econômico, com o Estado se afastando na economia e deixando-o agir livremente, o que é amplamente defendido pela renomada Escola de Economia de Chicago até os dias atuais. Tal Escola acredita na ênfase da competição do mercado, no importante papel do indivíduo em determinar e influenciar os resultados econômicos e nas distorções associadas com a intervenção do governo e regulação dos mercados (PALLEY, 2004).

A partir da década de 1970, em especial após o General Pinochet adotar medidas econômicas de cunho neoliberal para reordenar a economia chilena, juntamente com a eleição de Margareth Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, as políticas neoliberais se tornaram mais difundidas e influenciaram a economia de diversos países ao redor do globo. Uma vez que os EUA praticamente dominavam a política econômica mundial (visto que controlavam poderosas organizações financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial (BM) e exerciam enorme influência na Organização Mundial do Comércio), a política neoliberal foi amplamente difundida para outros países (CASTREE, ROGERS e KITCHIN, 201). Como consequência, a economia mundial atravessou uma grande onda de privatizações, enfraquecimento de instituições de proteção social, de sindicatos e de leis trabalhistas, encolhimento do governo, austeridade nas políticas macroeconômicas e abertura de mercado (PALLEY, 2004). É a partir desse panorama da complexa situação do Sistema internacional mundial que se deu as relações entre Brasil e Espanha na década de 1990, um período grandemente influenciado e determinado pelas medidas acima explicitadas.

No entanto, antes de adentrarmos na esfera econômica do período pós Ditadura Militar brasileira, findada em 1985, deve-se destacar a influência espanhola na redemocratização do Brasil, desde antes da eleição do primeiro presidente civil em 1985. A Espanha atravessou pela mesma situação de uma ditadura militar em sua história recente, tendo transicionado para uma democracia quando da morte do ditador Francisco Franco em 1975 e do fim do chamado Franquismo dois anos mais tarde. Através da Lei para a Reforma Política aprovada em novembro de 1976 e tendo sido aprovada pela população no referendo do mês seguinte, ficou definido que a antiga ditadura militar daria espaço a uma monarquia constitucional democrática. Esses princípios estão bem descritos no primeiro artigo da Lei, a qual dispunha que

Um. A democracia, no Estado espanhol, se baseia na supremacia da Lei, expressão da vontade soberana do povo. Os direitos fundamentais da pessoa são invioláveis e se vinculam a todos os órgãos do Estado.

Dois. O poder de elaborar e aprovar as leis reside nas Cortes. O Rei sanciona e promulga as leis (ESPANHA, 1976, tradução nossa)¹⁶.

Portanto, tendo realizado uma transição à democracia semelhante a qual o Brasil estava atravessando desde o governo Geisel, o caso Espanhol foi um bom exemplo de como

¹⁶ Do original: "Uno. La democracia, en el Estado español, se basa en la supremacía de la Ley, expresión de la voluntad soberana del pueblo. Los derechos fundamentales de la persona son inviolables y se vinculan a todos los órganos del Estado.

Dos. La potestad de elaborar y aprobar las leyes reside en las Cortes. El Rey sanciona y promulga las leyes" (ESPANHA, 1976)

conduzir a passagem brasileira de regime. Pode-se destacar também a visita do presidente espanhol Adolfo Suárez ao Brasil em 1979, a primeira visita de um presidente de governo espanhol em 157 anos de um Brasil independente, o que traduz a busca da construção de uma espécie de relação especial e do aprofundamento dos laços entre ambos países (PINO, 2004). Ainda sobre essa influência espanhola, Sanahuja (2012) afirma que a experiência espanhola de transição democrática foi até mesmo mais importante do que a transição portuguesa, país que viveu sob a ditadura do Estado Novo (também chamada de Salazarismo) de 1933 até 1974. Além disso, o autor afirma que

[Brasil e Espanha] tiveram que redefinir sua política externa no novo quadro democrático, encontraram amplos pontos de concordância nas agendas de democratização da América Latina e, em particular, nas iniciativas de concertação que foram lançadas naquela década - o Grupo do Rio e o diálogo que esse engajava com a UE - para promover a resolução pacífica de conflitos na América Central¹⁷ (SANAHUJA, 2012, p. 247, tradução nossa).

Concluída a transição brasileira para um regime democrático em 1985, era necessário reorganizar a economia nacional, uma vez que essa atravessava um longo período de grande e persistente inflação e desaceleração econômica desde o fim do Milagre Econômico. O combate à inflação assumiu caráter prioritário para os governos da Nova República, tendo sido elaborados planos como o Cruzado (03/1986); Cruzado 2 (11/1986); Bresser (06/1997); Verão (01/1989); Collor I (03/1990) e Collor II (01/1991). É somente após a estruturação e aplicação do Plano Real, em 1994, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que a economia nacional se estabiliza e a inflação é finalmente controlada. Juntamente com o controle da inflação, o governo FHC também foi marcado pela adoção de medidas liberalizantes no país (processo que já vinha em curso desde os governos Collor de Mello e Itamar Franco), em consonância com a situação do cenário internacional do período. Foi a partir da segunda metade da década de 1990, segundo Arahetes e Hiratuka (2007), que

[a]s empresas e instituições financeiras espanholas dirigiram um considerável volume de seu IED para o Brasil na segunda metade dos anos 1990, de forma que a economia brasileira passou a ser o principal destino dos investimentos espanhóis na América Latina, no ciclo expansivo (1995-2000), em atividades de telecomunicações, intermediação financeira e eletricidade, gás e água (ARAHUETES e HIRATUKA, 2007, p. 181).

¹⁷ Do original: "Ambos países, que tuvieron que redefinir su política exterior en el nuevo marco democrático, encontraron amplios puntos de coincidencia en las agendas de democratización de América Latina, y en particular en las iniciativas de concertación que se pusieron en marcha en esa década –el Grupo de Río, y el diálogo que este entabla con la UE– para promover la resolución pacífica de los conflictos en Centroamérica" (SANAHUJA, 2012, p. 247).

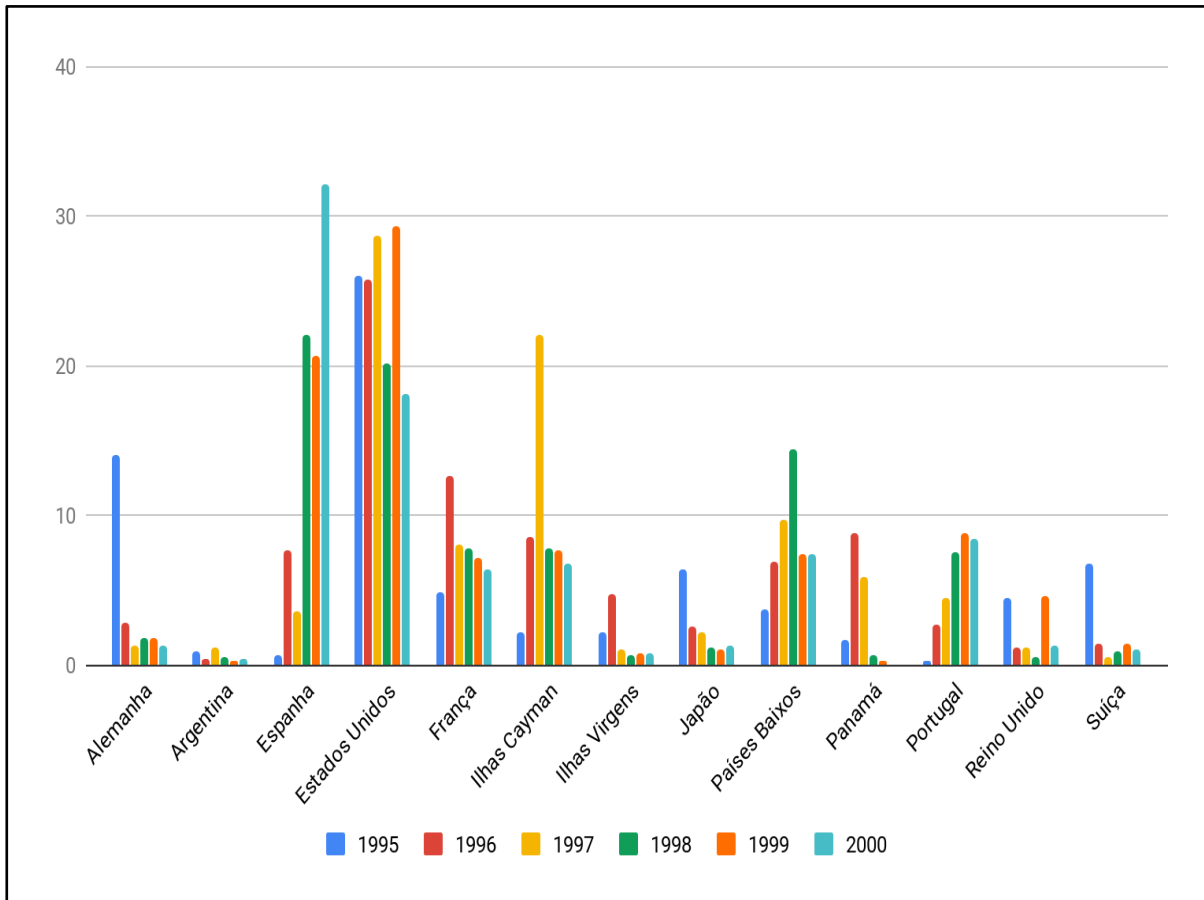
Pode-se dizer, então, que as relações Brasil e Espanha foram grandemente influenciadas e aprofundadas pelo intercâmbio econômico entre ambas as partes. Os investimentos externos diretos foram uma ferramenta essencial para impulsionar as relações econômicas e aumentar o dinamismo político e econômico hispano-brasileiro. Na segunda metade dos anos 1990, as empresas multinacionais e instituições financeiras espanholas direcionaram um grande volume de seu capital para o Brasil, fazendo com que esse passasse a ser o principal destino dos investimentos espanhóis na América Latina (ARAHUETES e HIRATUKA, 2007), ultrapassando países como México e Argentina. Com o aprofundamento da integração regional brasileira no MERCOSUL, juntamente com as medidas liberalizantes que o país vinha atravessando sob o governo de FHC, abriu-se o mercado brasileiro para a competição externa e para a maior penetração do capital internacional, o que muito favoreceu a vinda do capital internacional espanhol, que atravessava um processo de internacionalização e busca de novas fronteiras. Em outras palavras, e de acordo com Sanahuja (2012, p. 248):

[e]m meados dos anos 90, uma [nova] etapa do relacionamento bilateral começou com um claro acento econômico. A política de estabilização e abertura de Fernando Henrique Cardoso, iniciada com o "Plano Real", realizada quando era ministro da Fazenda de Itamar Franco, e que continuou como presidente desde 1995, abriu o país aos investimentos das nascentes multinacionais espanholas (SANAHUJA, 2012, p. 248, tradução nossa)¹⁸.

Deve-se destacar a concomitância entre a internacionalização do capital espanhol com a abertura do mercado brasileiro, algo que Simões (2017) considera extremamente oportuno. O autor ainda ressalta que esse período marcou uma "redescoberta mútua" entre ambos países, e que a expansão e o fortalecimento do mercado interno brasileiro colocaram o país entre os grandes *players* econômicos mundiais, passando a integrar o grupo das economias mais dinâmicas do globo e olhando a Espanha como um parceiro estratégico relevante. Além disso, o Plano Real trouxe a estabilidade econômica desejada há pelo menos uma década ao país, consolidando o mercado brasileiro como confiável e promissor para os volumes de IED que viriam a seguir. Os programas de privatização e concessão estatal despertaram os interesses das empresas espanholas, sendo a Telefónica o primeiro exemplo de grande multinacional espanhola a se instalar no Brasil, em 1996 (SIMÕES, 2017).

¹⁸ Do original: "A mediados de los noventa, se inicia una segunda etapa de la relación bilateral con un claro acento económico. Las políticas de estabilización y apertura de Fernando Henrique Cardoso, iniciadas con el "Plan Real", llevado a cabo cuando era ministro de Hacienda de Itamar Franco, y que continuó como presidente desde 1995, abrieron el país a las inversiones de las nascentes multinacionales españolas" (SANAHUJA, 2012, p. 248).

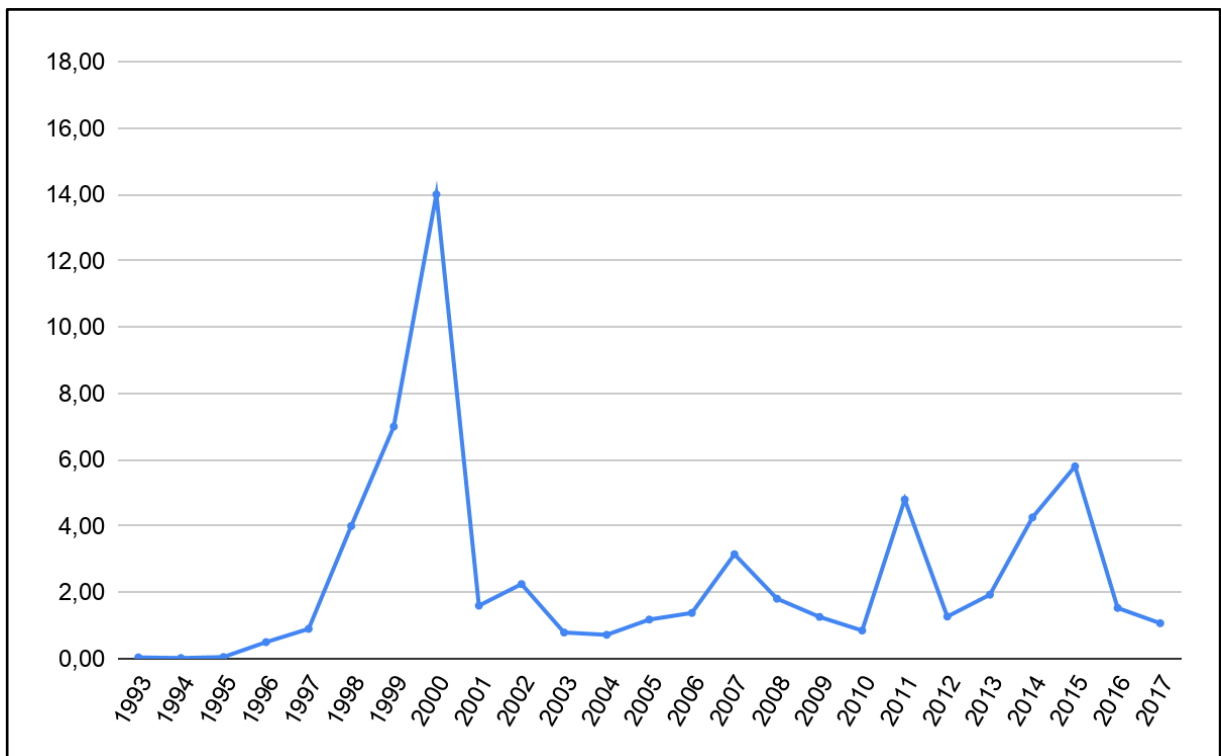
Gráfico 1 - Investimentos Diretos - Distribuição por País de Origem dos Recursos (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018), com base em dados do Banco Central do Brasil.

Percebe-se, através da análise do gráfico acima, a grande participação do IED espanhol na economia brasileira durante a segunda metade da década de 1990, o que corrobora o que foi previamente exposto. Além disso, percebe-se a tendência de crescimento positiva do nível de investimento espanhol que, apesar de desacelerar em 1997 e em 1999, mostrou-se seguindo uma trajetória ascendente. Cabe destacar também que o IED espanhol ultrapassa até mesmo os investimentos dos Estados Unidos no Brasil nos anos de 1998 e 2000, o que reflete a importância do capital espanhol para a economia brasileira no período em questão.

Gráfico 2 - Fluxos de investimento bruto Espanha - Brasil, 1993 - 2017 (em bilhões de Euros)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018), com base em dados do ICEX (2018).

Por sua vez, no gráfico acima pode-se observar a curva ascendente desse IED espanhol para o Brasil durante praticamente todo o período pós Plano Real até o ano 2000. Pode-se inferir que esses grandes investimentos penetraram no país advindo das privatizações de empresas brasileiras e pela compra dessas por empresas espanholas, juntamente com uma maior exploração do mercado brasileiro, recém-aberto. Percebe-se uma sequência de "altos e baixos" de investimentos nos anos seguintes como consequência do fim da "onda de privatizações" e do alcance de um teto de exploração do mercado brasileiro, com alguns crescimentos esporádicos entre 2006 e 2007, 2010 e 2011 e 2012 e 2015. Ainda no que tange a privatização de empresas brasileiras e a compra dessas por empresas espanholas, destaca-se a penetração do capital espanhol em setores de comunicação, energia, petrolífero e bancário. Dentre os exemplos, podemos destacar a vinda de empresas como a Telefónica, Endesa, Iberdola e Repsol, Santander e BBVA além de outras em destaque na tabela abaixo.

Tabela 1 - Participação de Empresas Espanholas no processo de Privatizações Brasileiro

Ano	Empresas Privatizadas/Concessões	Transnacional Espanhola	Participação (%)
1996	Cia. Rio Grandense de Telecomunicações (CRT)	Telefónica	45
1996	Cia. Elétrica do Rio de Janeiro (CERJ)	Endesa	41
1997	Cia. Estadual de Gás do Rio de Janeiro (CEG)	Repsol	4
1997	Riogás S.A.	Repsol	...
1997	Banco Geral do Comércio	Santander	100
1998	Cia. Elétrica do Ceará (COELCE)	Endesa	35
1998	Cachoeira Dourada	Endesa	23
1998	Telesp	Telefónica	29
1998	Telesp Celular	Telefónica	19
1998	Tele Sudeste Celular	Telefónica	48
1998	Tele Leste Celular	Telefónica	20
1998	Banco Noroeste	Santander	76
1998	Banco Excel Econômico	BBVA	100
2000	Cia. Energética de Pernambuco (Celipe)	Iberdola	...
2000	Banespa	Santander	60
2000	Concessão para distribuição de gás canalizado na região Sul do Estado de SP	Gas Natural	100

Fonte: Arahetes e Hiratuka, 2007, p. 315.

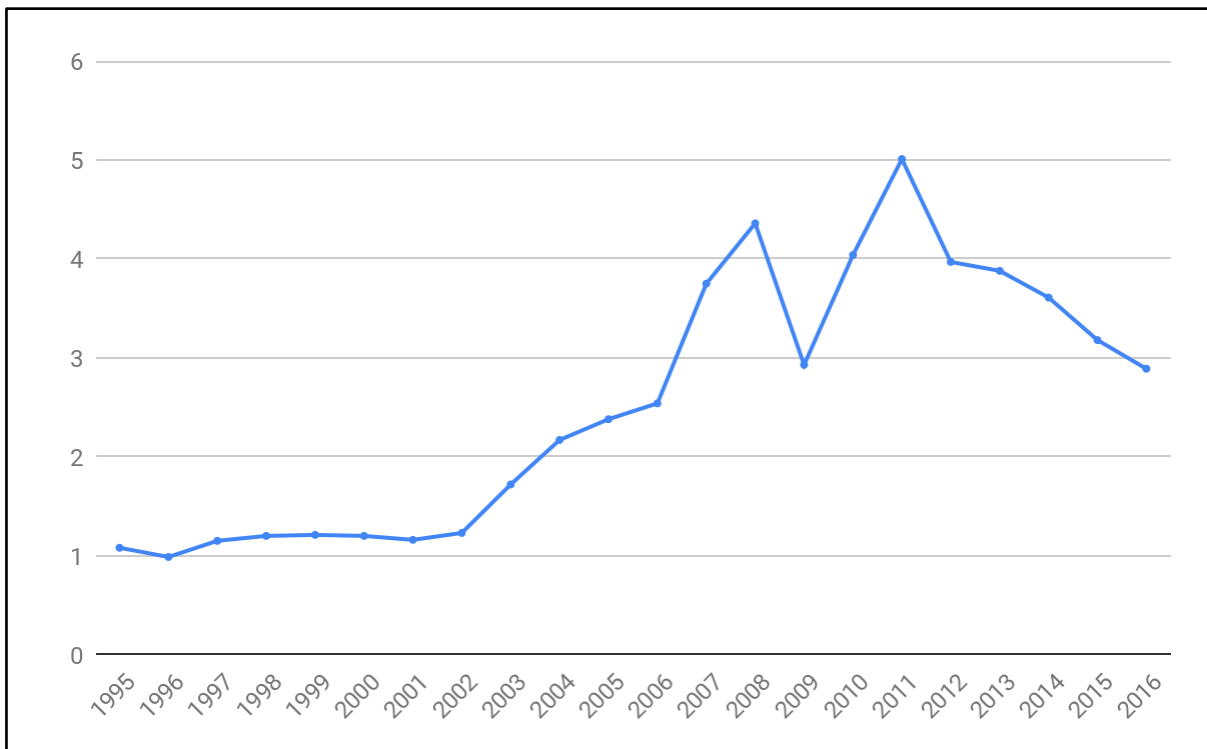
Além disso, deve-se destacar que não houve somente um movimento unilateral de empresas espanholas vindo ao Brasil, havendo também uma expansão de empresas brasileiras para o país Ibérico. As chamadas *multilatinas* brasileiras são empresas que se internacionalizaram em busca de novos mercados, lucros e posições no sistema financeiro e no comércio mundial. O crescimento da classe média latino-americana, aliado a uma elevação nos preços internacionais das *commodities* e o aumento da demanda dessas, juntamente com os bons índices de crescimento que a região apresentou nas últimas duas décadas, possibilitou a expansão dessas empresas (agora multinacionais) para diversas regiões do globo (ICEX, 2017, p. 4). Dentre essas empresas, podemos destacar o Grupo Camargo Correa, a siderúrgica Gerdau, Odebrecht, Vale, Marcopolo, etc. Ainda segundo o Ministério de Economia, Indústria e Competitividade da Espanha,

[n]a década de 70, o investimento estrangeiro emitido pelo Brasil se concentrou na busca de recursos naturais (Petrobras) ou nas atividades de apoio à exportação. Na década de 1980, em um contexto de instabilidade macroeconômica e queda de investimentos no Brasil, outras empresas optaram pela expansão no exterior, incluindo a mineradora Vale e algumas empresas de engenharia e construção. Na década de 1990, o processo acelerou devido a reformas econômicas que, entre outros efeitos, resultaram em um processo de reestruturação e concentração corporativa (ICEX, 2017, p. 39, tradução nossa)¹⁹.

¹⁹ Do original: "En la década de los 70, la inversión extranjera emitida por Brasil se centraba en la búsqueda de recursos naturales (Petrobras) o en actividades de apoyo a las exportaciones. En la década de 1980, en un contexto de inestabilidad macroeconómica y de caída de la inversión en el Brasil, otras empresas optaron por la

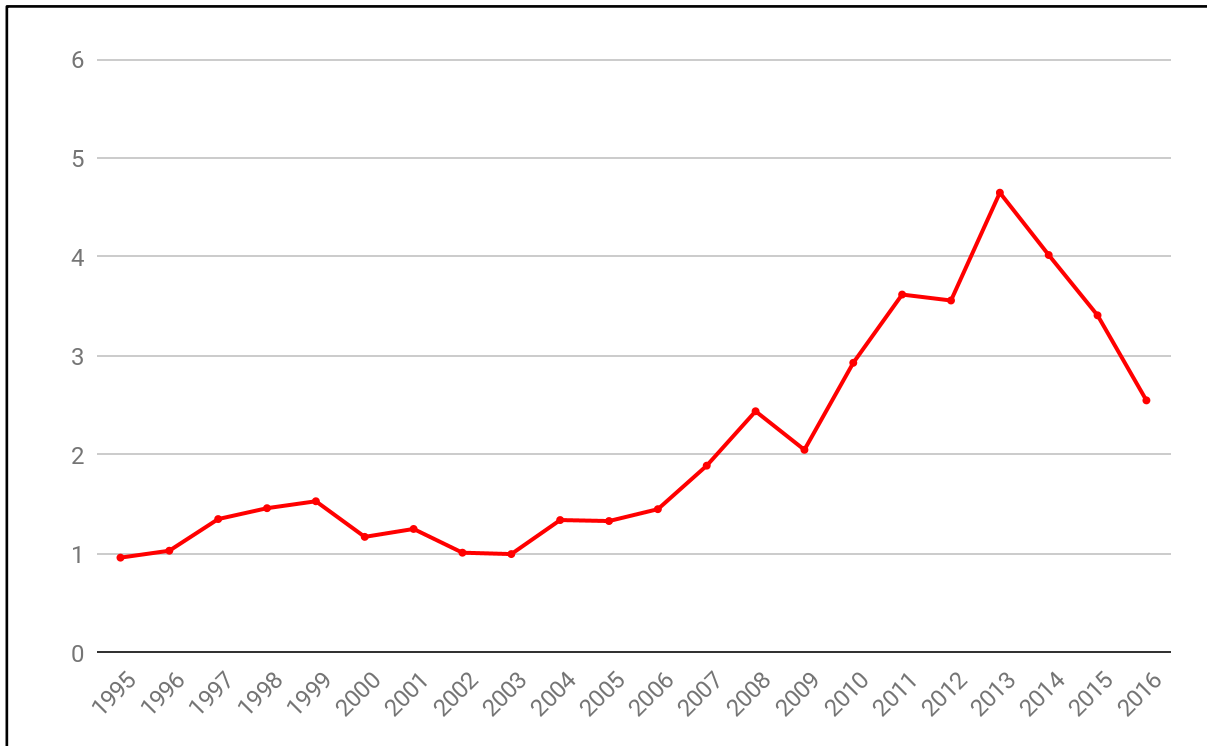
No que tange o comércio entre ambos países, nota-se um crescimento desse a partir da segunda metade da década de 1990, porém não na mesma intensidade que o fluxo de IED advindos do país Ibérico. As interações na balança econômica entre Brasil e Espanha assumem o caráter de "relação Norte-Sul", na qual o Brasil assume uma posição de exportador de matérias primas de baixo valor agregado e alguns bens semimanufaturados à Espanha, enquanto que essa exporta capital e produtos manufaturados com um valor agregado superior (SANAHUJA, 2012). Nos gráficos abaixo, os fluxos comerciais entre Brasil e Espanha entre 1995 até 2016 nos revelam que houve esse incremento nas trocas entre ambos países, especialmente a partir da década de 2000.

Gráfico 3 - Exportações Brasil - Espanha 1995-2016 (em bilhões de dólares/US\$)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018), com base em dados do The Observatory of Economic Complexity (2018).

expansión en el exterior, destacando entre ellas la minera Vale y algunas empresas de ingeniería y construcción. En los años noventa, el proceso se aceleró debido a las reformas económicas que, entre otros efectos, se tradujeron en un proceso de reestructuración y concentración empresarial" (ICEX, 2017, p. 39, tradução nossa).

Gráfico 4 - Importações Brasil - Espanha 1995-2016 (em bilhões de dólares/US\$)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018), com base em dados do The Observatory of Economic Complexity (2018.)

Pode-se inferir que, passado a estabilização da presença do IED espanhol no país e o sucesso das privatizações das estatais citadas e também de outras, foram dadas as bases para uma maior aproximação comercial entre Brasil e Espanha. Destaca-se os aumentos das trocas comerciais entre 2006-2007, 2007-2008, seguido de 2009-2010, e 2010-2011, além de uma acentuada queda entre 2008-2009 (devido principalmente à Crise Financeira Mundial iniciada nesse período), e a partir de 2013 até 2016. O período histórico da Crise de Financeira e da Crise do Euro será abordado com mais profundidade no próximo capítulo.

3.2 Relações políticas e culturais: frutos das relações econômicas?

A aproximação entre Brasil e Espanha não se deu unicamente pela via econômica e financeira, mas certamente foi grandemente influenciada por essas. Com a Espanha assumindo um papel de investidor internacional chave para o Brasil, ficava claro que implicações políticas e culturais se seguiriam, com um incremento de visitas de oficiais de ambos países, estabelecimento de acordos de parcerias estratégicas e a assinatura de tratados e convênios diversos. Segundo o site do Itamaraty, foram assinados quatro documentos oficiais entre Brasil e Espanha no período entre o fim da Ditadura Militar (1985) e o início da década de 2000. São eles os Tratados de Extradicação entre Brasil e Espanha (1988) e o Tratado sobre

Transferência de Presos (1996), além do Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil (1989) e do Convênio de Seguridade Social (1991) (BRASIL, 2018), todos de grande relevância para ambos países especialmente em decorrência do fato de haver muitos espanhóis e descendentes em território brasileiro, e muitos brasileiros buscando oportunidades de vida e emprego na Espanha.

Com os presidentes Fernando Collor de Mello e Felipe González Márquez as relações adquiriram maior grau de intensidade e dinamismo. Collor visitou a Espanha em fevereiro de 1990 (um mês antes de assumir o cargo de Presidente) e posteriormente em 1991 e 1992, e nesse ano, foi firmado o Tratado Geral de Cooperação e Amizade Brasil - Espanha, que entraria em vigor dois anos mais tarde e que situou o Brasil no marco da recém estabelecida política espanhola de cooperação para o desenvolvimento (SANAHUJA, 2012). Dentre as diversas deliberações deste tratado, é trazido abaixo o artigo primeiro, que funciona como uma espécie de "meta síntese" dos objetivos almejados pelo tratado em questão:

ARTIGO 1

As Partes acordam fortalecer sua cooperação bilateral nos âmbitos político, econômico e financeiro, de cooperação técnica e científico-tecnológica, educativa e cultural, jurídica e consular, por meio das modalidades previstas neste Tratado Geral e das que, em virtude dele, possam estabelecer-se no futuro. Para isso, criarão uma Comissão de Alto Nível que, presidida pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha, será a via pela qual se estabelecerão as bases para o fortalecimento dos vínculos bilaterais nos citados âmbitos (DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 1994).

Também é necessário destacar o Plano de Parceria Estratégica entre Brasil e Espanha, assinado em 2003, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e José Maria Aznar no âmbito da Cúpula Iberoamericana de Santa Cruz de la Sierra. Nesse acordo, passado quase dez anos desde a assinatura do Tratado Geral de Cooperação e Amizade, nota-se o desejo de ambas as partes de prosseguir com a aproximação já ensaiada anteriormente. Dentre as diversas medidas desse plano, é pertinente destacar os pontos que abordam o

I. FORTALECIMENTO DO DIÁLOGO POLÍTICO BILATERAL

No ambiente internacional em transformação, que implica novos desafios e riscos, o Brasil e a Espanha desejam consolidar o diálogo que vêm mantendo entre si. Por isso, decidem criar e reforçar os seguintes instrumentos de diálogo preferencial:

1. Mecanismo de Diálogo Permanente. O objetivo de ambos os Governos é garantir um diálogo fluido que lhes permita desenvolver relações bilaterais privilegiadas e identificar as possibilidades de ação conjunta no cenário internacional. Com essa finalidade, o Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente do Governo da Espanha realizarão reuniões anuais e os Ministros das

Relações Exteriores se manterão em contato permanente, sem prejuízo dos mecanismos estabelecidos pelo Tratado Geral de Cooperação e Amizade, de 1992. Do mesmo modo, serão estimulados encontros entre representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário de ambos os países.

[...]

IV. EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

[...]

3. Ciência e tecnologia. A colaboração em ciência e tecnologia é uma realidade presente há anos em nossas relações bilaterais, e que há de formar parte indispensável em nossa Parceria. Ambos os países reconhecem que os avanços científicos e tecnológicos são um estágio fundamental do progresso e do desenvolvimento. A esse respeito, pretendemos impulsionar a cooperação nas áreas de: Tecnologias da Informação e Comunicações, Uso Sustentável da Biodiversidade, Agricultura Sustentável, Aqüicultura, Agroindústria e Tecnologias Limpas (CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM BARCELONA, 2003).

Os pontos levantados por esse acordo revelam a disposição de ambos governos em manter uma parceria estratégica entre Brasil e Espanha, envolvendo diversas áreas como as supracitadas política, educacional, científica e cultural. Isso revela que a cooperação hispano-brasileira, apesar de grandemente influenciada pelas relações econômicas, não é unicamente dependente dessas, avançando em áreas que englobam diversos setores da sociedade e visando construir uma relação de diálogo e cooperação com bases sólidas e diversificadas.

Finalmente, ainda no que se refere aos acordos de cooperação estratégica entre Brasil e Espanha, temos a Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica, de 2005. Assinada no contexto da visita do Presidente espanhol José Luis Rodríguez Zapatero, do Partido dos Trabalhadores Socialistas Espanhol (PSOE), esse acordo "previa reuniões anuais dos presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades das chancelarias e encontros em diversos níveis da administração" (COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO, 2018). Por conseguinte, essa declaração reforçava o compromisso político e diplomático entre Brasil e Espanha, refletindo o bom momento o qual essas relações atravessavam no período, e que permanecem relevantes até os dias atuais. Portanto, é nesse contexto de convergência de ideias e de construção de uma relação estratégica que se insere a aproximação cultural, técnica e educacional entre Brasil e Espanha.

Em 2001, foi dado início às atividades da Fundação Cultural Hispano-Brasileira, em Madri, destinada à divulgação e promoção da cultura brasileira na Espanha (BRASIL, 2018). Essa fundação foi criada pela Embaixada do Brasil na Espanha juntamente com a Universidade de Salamanca, tendo como missão “fomentar e desenvolver a cultura brasileira na Espanha, financiando e promovendo atividades acadêmicas, científicas e culturais” (EMBAIXADA DO BRASIL EM MADRI, 2018). Ademais, em 2006 a Fundação adquiriu

uma nova e grande dimensão, devido ao crescente interesse do governo brasileiro incentivado pela representação diplomática em Madri. Com expectativas de favorecer o incremento das relações econômicas e sociais entre Brasil e Espanha, a busca pela aproximação entre as sociedades brasileira e espanhola foi constantemente renovada. Portanto, a partir dessa data a Fundação adquiriu uma nova estrutura, intensificando seus projetos e atividades, contando com o apoio e patrocínio de grandes empresas como Repsol, Telefónica, Santander e Iberdrola (FUNDACIÓN CULTURAL HISPANO BRASILEIRA, 2018), multinacionais de caráter fundamental para o fomento das relações hispano-brasileiras.

Pode-se destacar também, ainda no que tange o importante papel da Embaixada do Brasil na Espanha, a publicação da *Revista de Cultura Brasileira*. Essa revista é elaborada e publicada pela Fundação Cultural Hispano-Brasileira e foi criada em 1962 pelo poeta e diplomata João Cabral de Melo Neto (EMBAIXADA DO BRASIL EM MADRI, 2018), abordando assuntos como literatura, sociedade e cultura brasileiras. Além disso, a editora da Fundação é responsável por traduzir, publicar e comercializar obras importantes para a compreensão da economia e sociedade brasileira e como essas se relacionam com suas contrapartes espanholas (FUNDACIÓN CULTURAL HISPANO BRASILEIRA, 2018). Dentre esse acervo, destacam-se livros de grandes escritores e estudiosos brasileiros, como Machado de Assis e Guimarães Rosa, Alfredo Bosi, diversas obras sobre a economia nacional e até mesmo os livros de Bruno Ayllón Pino (2007) e Arahuetes e Hiratuka (2007), amplamente analisados para a construção do presente trabalho.

A Casa do Brasil em Madri também funciona como um bom instrumento de propagação e difusão da cultura brasileira em terras espanholas, além de prezar pelo intercâmbio cultural e educacional entre ambos países. Desenvolvida pelo Ministério da Cultura, a Casa do Brasil funciona como um "Colegio Mayor" adstrito à Universidade Complutense de Madri, tendo sua construção iniciada em 1960 ao firmar-se o Acordo Cultural Brasil-Espanha, vigente até os dias atuais (CASA DO BRASIL, 2018). A ideia de sua construção surgiu durante a visita do então presidente brasileiro Juscelino Kubitschek, em 1956, que defendeu a ideia de que os estudantes brasileiros que se dirigiam a Madri para ampliar seus estudos deveriam ser recebidos por uma instituição desse porte (CASA DO BRASIL, 2018). Outros objetivos da Casa do Brasil incluem:

servir de residência para estudantes e de espaço para a realização de exposições de artes, conferências, lançamentos de livros, exibição de filmes brasileiros e outros eventos relacionados à comunidade brasileira na Espanha. Além disso, a Casa do Brasil oferece cursos de língua portuguesa, violão, capoeira, dança de salão e canto [...] (EMBAIXADA DO BRASIL EM MADRI, 2018)

Ainda sobre a cooperação educacional e cultural entre Brasil e Espanha, é importante destacar o papel do Instituto Cervantes na promoção da cultura espanhola no Brasil, estimulando as relações no âmbito cultural entre ambos países. O Instituto Cervantes é "a instituição pública criada pelo Governo da Espanha em 1991 para promover, ensinar a língua espanhola e difundir a cultura da Espanha e a dos países hispanofalantes" (EMBAIXADA DE ESPANHA EM BRASÍLIA, 2018). A instituição, vinculada ao Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação da Espanha (MAEC), chegou ao Brasil em 1998, com a abertura de uma escola em São Paulo e três anos mais tarde inaugurou uma segunda filial no Rio de Janeiro. Em 2007, visando difundir o ensino da língua e a cultura espanhola no país, foram abertas as unidades de Brasília, Curitiba, Porto Alegre e Salvador; seguidas da de Recife em 2008 e Belo Horizonte em 2009. Portanto, contando com um total de oito centros de estudos, o Brasil é o país com o maior número de Institutos Cervantes no mundo (INSTITUTO CERVANTES DE BRASÍLIA, 2018), o que reflete a importância estratégica desse para a Espanha em diversas esferas: política, econômica, educacional e social. Dentre seus objetivos, destacam-se:

1. Organizar cursos gerais e especiais da língua espanhola, assim como das línguas co-oficiais na Espanha.
2. Expedir em nome do Ministério da Educação os Diplomas de Espanhol como Língua Estrangeira (DELE) e organizar os exames para sua obtenção.
3. Atualizar os métodos de ensino e ministrar cursos de atualização para professores.
4. Apoiar o trabalho dos hispanistas.
5. Participar de programas de difusão da língua espanhola.
6. Realizar atividades de difusão cultural em colaboração com outros organismos espanhóis e hispano-americanos e com entidades dos países anfitriões.
7. Colocar a disposição do público bibliotecas dotadas dos meios tecnológicos mais avançados (EMBAIXADA DE ESPANHA EM BRASÍLIA, 2018).

Soma-se a isso o fato da expansão do ensino da língua espanhola ter se beneficiado grandemente devido a promulgação da "Lei do Espanhol"(Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005), pelo então Presidente Lula da Silva, a qual estabelecia a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola como disciplina optativa para todo o Ensino Médio em um prazo de cinco anos (BRASIL, 2005). No entanto, o Presidente da República Michel Temer, através da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, revogou a Lei do Espanhol, determinando que as instituições "poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino" (BRASIL, 2017). Deve-se destacar ainda que, a adoção da Lei do Espanhol serviu como uma ferramenta para impulsionar e naturalizar a integração regional do Brasil no âmbito latino-americano, especialmente para com os países da América do Sul e do MERCOSUL (LEANDRO, 2017). Contudo, o ensino da língua espanhola como

obrigatório para instituições de Ensino Médio certamente beneficiou as relações hispano-brasileiras, o que pode por exemplo ser evidenciado no estabelecimento de seis unidades do Instituto Cervantes nos anos seguintes à promulgação da Lei do Espanhol, tornando o Brasil o país com o maior número de unidades do Instituto, como dito anteriormente.

Finalmente, dentro do contexto da aproximação política e cultural entre Brasil e Espanha, temos as Cúpulas Ibero-Americanas. Iniciadas em julho de 1991, essas reuniões consistem no encontro de representantes oficiais de países da América Latina e dos países Ibéricos (Portugal e Espanha), trabalhando para aprofundar os laços já existentes e estabelecer novas conexões. Nesse primeiro encontro, em Guadalajara, México,

[...] os líderes lançaram as bases para a construção de um fórum de reuniões que lhes permitisse avançar em um processo político, econômico e cultural comum. Assim, decidiram estabelecer a Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo com a participação dos Estados soberanos da América e da Europa de língua espanhola e portuguesa. Assim, o caminho do acordo político dos governos em sua tentativa de buscar soluções conjuntas para os desafios enfrentados pelas nações ibero-americanas e converter o conjunto de afinidades históricas e culturais da Comunidade em um instrumento de unidade e desenvolvimento, com base em diálogo, cooperação e solidariedade (SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA, 2018, tradução nossa)²⁰.

O Sistema Ibero-Americano, construído ao longo de quase três décadas de organização, é constituído pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (criada em 2003) e pelos Organismos Ibero-Americanos Setoriais, sendo esse último composto pela Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI); o Organismo Internacional de Juventude para a Ibero-América (OIJ); a Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS); e a Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB). Todas essas organizações têm o intuito de fomentar a interação estratégica entre os países membros, através da identificação de prioridades estratégicas, planificação conjunta, coordenação funcional etc; auxiliar na administração de recursos, promovendo compras e serviços comuns e melhor aproveitando as infraestruturas e recursos econômicos de cada país membro; além de prezarem por uma política de comunicação comum, através da elaboração conjunta de materiais, coordenando páginas da internet e aproveitando os recursos existentes (SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA, 2018).

²⁰ Do original: "[...] los mandatarios sentaron las bases para la construcción de un foro de encuentro que les permitiera avanzar en un proceso político, económico y cultural común. Así, decidieron constituir la Conferencia Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno con la participación de los Estados soberanos de América y Europa de lengua española y portuguesa.

De esta manera, se inició el camino de concertación política de los gobiernos en su intento por buscar soluciones conjuntas a los desafíos que enfrentan las naciones iberoamericanas y convertir el conjunto de afinidades históricas y culturales de la Comunidad en un instrumento de unidad y desarrollo, basado en el diálogo, la cooperación y la solidaridad (SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA)".

De acordo com Sanahuja (2012), a presença do Brasil na Comunidade Ibero-Americana foi frequentemente vista com desconfiança pela Espanha, visto que o Brasil é o único país lusófono da América Latina, possui relações históricas com Portugal e apresenta um relativo isolamento dos assuntos latino-americanos. A Espanha, por sua vez, era vista com certa desconfiança pelos formuladores de política externa brasileira, que acreditavam que o país Ibérico poderia interferir em sua política de aproximação e integração sul-americana devido aos laços da Espanha com suas antigas colônias. No entanto, superadas as preocupações iniciais, Brasil, México e Espanha formaram a tríade que conduziu a formação e o desenvolvimento das primeiras Cúpulas. Cabe destacar ainda que as Cúpulas Ibero-Americanas foram amplamente utilizadas para a projeção de um Brasil recém-saído da Ditadura Militar e em meio à crise econômica que perdurava desde a década anterior (SANAHUJA, 2012), defendendo o diálogo e trabalhando para manter uma imagem de confiança externa no país.

No entanto, durante os primeiros anos de governo Lula da Silva, houve um certo distanciamento do Brasil das Cúpulas, uma vez que se construía e se intensificava a integração regional sul-americana. Seja com o aprofundamento do MERCOSUL (processo já iniciado nos governos anteriores, especialmente no governo Fernando Henrique Cardoso), ou com a criação de novas organizações internacionais na região, como a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e mais tarde a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, optou-se por priorizar projetos de integração regional que excluíssem terceiros atores. Nesse caso, tanto Estados Unidos, grande defensor da Área Livre de Comércio das Américas (ALCA), quanto Espanha, se mostravam como uma potencial ameaça a esse projeto brasileiro de integração (SANAHUJA, 2012). Porém, apesar de um certo arrefecimento da importância das Cúpulas, Pino (2004) defende que há ganhos positivos com a participação brasileira nesses encontros:

[c]om o objetivo de intensificar as relações com a Espanha, onde os interesses concretos são substanciados, as Cúpulas têm sido um meio que ofereceu ao Brasil possibilidades de conquistas para o seu projeto de desenvolvimento, já que, participando, obtém, entre outros resultados, indispor os espanhóis e favorecer a chegada de investimentos. Se aceitarmos a abordagem construtivista aplicada ao nosso objeto de estudo, as Cúpulas Ibero-Americanas criaram uma interação subjetiva entre a Espanha e o Brasil, que levou à redefinição de seus interesses comuns (PINO, 2004, p. 494, tradução nossa)²¹.

²¹ Ou seja: "Es decir, con la finalidad de intensificar las relaciones con España, donde se sustentan los intereses concretos, las Cumbres han sido un medio que ha ofrecido a Brasil posibilidades de realizaciones para su proyecto de desarrollo puesto que participando se obtiene, entre otros resultados, no disponer a los españoles y favorecer la llegada de inversiones. Si se acepta la óptica constructivista aplicada a nuestro objeto de estudio, las Cumbres Iberoamericanas han creado una interacción subjetiva entre España y Brasil que ha llevado a la redefinición de sus intereses comunes (PINO, 2004, p. 494).

Isso tudo contribuiu positivamente para a aproximação entre Brasil e Espanha, tanto na esfera econômica, quanto na política e cultural. As relações hispano-americanas vinham apresentando bons frutos durante toda a década de 1990 e seguiram dessa maneira nos anos iniciais da virada do milênio, com altas taxas de inversões espanholas no Brasil; *multilaterais* brasileiras se estabelecendo na Espanha e com um crescente intercâmbio comercial, cultural, educacional e científico entre ambas as partes. Pode-se afirmar, portanto, que a aproximação econômica que vinha ocorrendo progressivamente desde o início da década de 1990 em muito beneficiou e condicionou a aproximação política e cultural entre Brasil e Espanha nos anos 2000, tendo aberto muitas possibilidades de aprofundamento das iniciativas já existentes e a criação de novos projetos. O capítulo seguinte irá abordar essas relações no período pós Crise do Euro de 2009, um evento de grandes proporções para a Espanha, com potencial para alterar os moldes das relações com o país latino-americano em questão.

3.3 Conclusões preliminares

As relações entre Brasil e Espanha durante as décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por uma "redescoberta mútua". Anteriormente, ambos países se respeitavam no cenário internacional, possuíam um entrelaçamento histórico em comum e suas relações mostravam-se com um grande potencial ainda a ser descoberto e explorado. Foi a partir dos anos 1990, e no início dos anos 2000, que as relações hispano-brasileiras foram impulsionadas e se desenvolveram em um amplo leque de atuações, com destaque para o aspecto econômico dessas interações.

Com as medidas liberalizantes aplicadas à economia brasileira durante os governos Collor de Mello, Itamar Franco e especialmente Fernando Henrique Cardoso, abriu-se o país para o capital internacional, e as empresas estatais para a compra por multinacionais estrangeiras. O recém internacionalizado capital espanhol vê no Brasil uma grande oportunidade para se expandir e auferir lucros, devido especialmente ao tamanho do mercado nacional, e à proximidade geográfica com os países sul-americanos, além de considerarem o MERCOSUL como uma oportunidade para aumentar seus ganhos financeiros e comerciais na região. Isso tudo foi facilitado pelo advento da citada quarta fase da globalização, que aproximou os mercados mundiais, homogeneizou ainda mais os padrões de consumo e abriu portas para uma expansão global dos capitais financeiros e para um intenso incremento nas trocas globais. Brasil e Espanha se aproximaram economicamente nesse período, com o país europeu se tornando um dos maiores provedores de IED para o Brasil, superando até mesmo os EUA em alguns períodos.

Sob o aspecto político e cultural das relações Brasil e Espanha no período em questão, deve-se destacar a assinatura de uma série de acordos de parcerias estratégicas entre as duas partes, como o Tratado Geral de Cooperação e Amizade Brasil – Espanha, de 1992, o Plano de Parceria Estratégica entre Brasil e Espanha, de 2003 e a Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica, de 2005, trazidos anteriormente nesse trabalho. Além disso, instituições como a Fundação Cultural Hispano-Brasileira, a Casa do Brasil, as Embaixadas brasileira e espanhola, o Instituto Cervantes e a Secretaria-Geral Ibero-Americana são responsáveis por fomentar a cooperação política e cultural entre ambos países, estimulando uma aproximação não somente "por cima", com o aumento de visitas oficiais entre os governantes ou uma aproximação entre governos, mas também um estreitamento dos laços "por baixo", com a sociedade como um todo podendo compartilhar dos frutos dessa aproximação que se deu entre Brasil e Espanha. Finalmente, pode-se considerar que a aproximação econômica hispano-brasileira, de todas as maneiras já citadas nesse trabalho, possibilitou um maior aprofundamento dos laços políticos e culturais entre Brasil e Espanha além de ter estimulado a criação de novos projetos de parceria estratégica envolvendo aspectos sócio-culturais, como o intercâmbio técnico-científico, acadêmico e cultural entre os dois países.

4 RELAÇÕES PÓS CRISE DO EURO

No presente capítulo, avançaremos para a segunda metade da década de 2000, onde serão discutidos os impactos da Crise do Euro nas relações hispano-brasileiras e as relações que se seguiram após esse período até um momento mais recente. Pode-se destacar, de início, que o país Ibérico não abandonou seus interesses estratégicos no Brasil nem na América Latina, tendo até mesmo incrementado as relações com esses países, em um contexto de crise econômica interna, para tentar recuperar sua economia nacional. Este segmento do trabalho será responsável por contextualizar esse período da economia mundial e trazer como a Espanha e o Brasil se percebem no cenário internacional e quais são os seus objetivos quando mantém uma relação de proximidade há algumas décadas.

4.1 O contexto da Crise do Euro nas relações hispano-brasileiras

Antes de adentrarmos no período da Crise do Euro, faz-se necessário apresentar brevemente uma evolução histórica da economia espanhola. Essa se integrou mais intensamente à economia mundial a partir do Plano de Estabilização de 1959, elaborado com grande ajuda dos Estados Unidos e aprovado pelas autoridades dos Organismos Financeiros Mundiais. Esse plano teve como objetivo principal liberalizar a economia espanhola, a qual era amplamente influenciada pelo governo de Francisco Franco, e para isso defendia, dentre outras medidas, o equilíbrio da balança de pagamentos e o fortalecimento da peseta (moeda espanhola adotada entre 1869 e 2002, antes da adoção do Euro) (AZUMENDI, 2017). Agora inserido no contexto da expansão da economia mundial, o país apresentou boas taxas de crescimento econômico até a metade da década de 1970, quando em 1975 deu-se início a uma crise econômica como decorrência do "primeiro choque do petróleo" de 1973. De 1975 até 1985, transcorreu-se um período conturbado na economia e na sociedade espanhola.

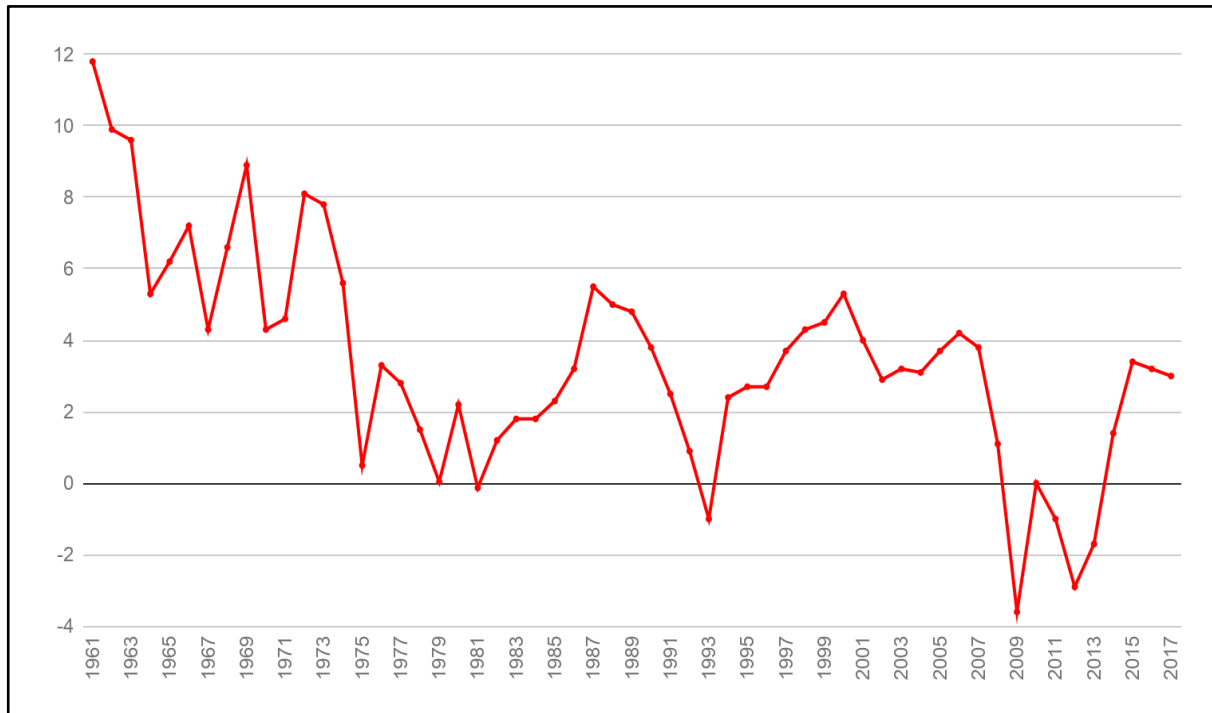
Nesses dez anos, houveram diversos acontecimentos na arena internacional que prejudicaram o crescimento econômico do país Ibérico, como um período de estagflação, o "segundo choque do petróleo", o aumento brusco dos juros nos Estados Unidos, a recessão internacional de 1980 a 1982 e a crise da dívida externa espanhola (ARAHUETES, HIRATUKA, 2007). Soma-se isso também ao fim do regime autoritário Franquista e a construção da nova democracia espanhola, um projeto de grande complexidade e que muito impactou todas as camadas da sociedade espanhola. A partir da entrada da Espanha na Comunidade Econômica Europeia (CEE) em primeiro de janeiro de 1986, o país completa a sua abertura ao exterior e acentua o seu dinamismo interno, apresentando por exemplo, uma

taxa de crescimento do seu produto interno bruto (PIB) de 3,3% naquele ano e um crescimento significativo até 1992, quando acontece a chamada crise do Sistema Monetário Europeu (SME). Após os Jogos Olímpicos de Barcelona e da Exposição Mundial de Sevilha, grandes eventos sediados na Espanha, o país entra em desaceleração da economia até 1994, ano o qual o desemprego atingiu a taxa de 24,1%, a maior da história espanhola recente (ARAHUETES, HIRATUKA, 2007).

Segundo Emmanuel Isidro López (2012), o crescimento quase ininterrupto do PIB espanhol entre 1993 e 2000 pode ser explicado por quatro fatores. O primeiro, seria as taxas de juros baixas, que levaram a uma queda do preço do crédito. O segundo, seria a união monetária e a incorporação definitiva à Zona do Euro em 1999-2002, garantindo à economia espanhola uma relativa proteção internacional e conferindo à moeda nacional, agora o Euro, uma grande capacidade de compra no exterior. O terceiro fator seria a política liberalizante defendida pela União Europeia para com seus membros, o que fez com que Madri aderisse a um plano de privatização de empresas estatais, em especial aquelas ligadas ao setor de telecomunicações e energia. Por fim, o quarto fator seria o processo de privatização que ocorria na América Latina no contexto da globalização e do neoliberalismo na região, o que possibilitou que as empresas espanholas, que haviam iniciado o seu processo de internacionalização de seu capital, adquirissem empresas latino-americanas a um preço relativamente baixo, visto o elevado valor do Euro. Diante do exposto, pode-se concluir que "o arcabouço estabelecido pelo Tratado de Maastricht e pelo euro abriram a porta para o reposicionamento financeiro da economia espanhola dentro da divisão internacional do trabalho [...]" (LÓPEZ, 2012).

O país Ibérico apresentou uma taxa média de crescimento do seu PIB ascendente entre 2002 e 2007, como mostra o gráfico abaixo, com uma taxa média de crescimento de 3,5% ao ano. Porém, em 2008, houve uma redução brusca desse crescimento, quando o ministro da Economia, Pedro Solbes, reduz as previsões de crescimento do governo de 3,1% para 2,4% (SOLBES REBAJA..., 2008) e o crescimento final do PIB não passou de 1,2%. A Crise Financeira Mundial de 2008 - iniciada nos EUA e socializada rapidamente para vários países do globo especialmente devido a grande globalização dos mercados financeiros mundiais e cujo símbolo máximo foi a falência do banco *Lehman Brothers*, naquele mesmo ano -, juntamente com os grandes déficits acumulados da economia espanhola, o recuo do setor de construção civil (setor primordial para a economia espanhola no momento) e o fim da bolha imobiliária no país, fizeram com que esse país sentisse um grande impacto nas suas contas, colocando-o de frente ao abismo econômico e financeiro.

Gráfico 5 - Crescimento anual do PIB espanhol, 1961 - 2017 (% por ano)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Banco Mundial (2018).

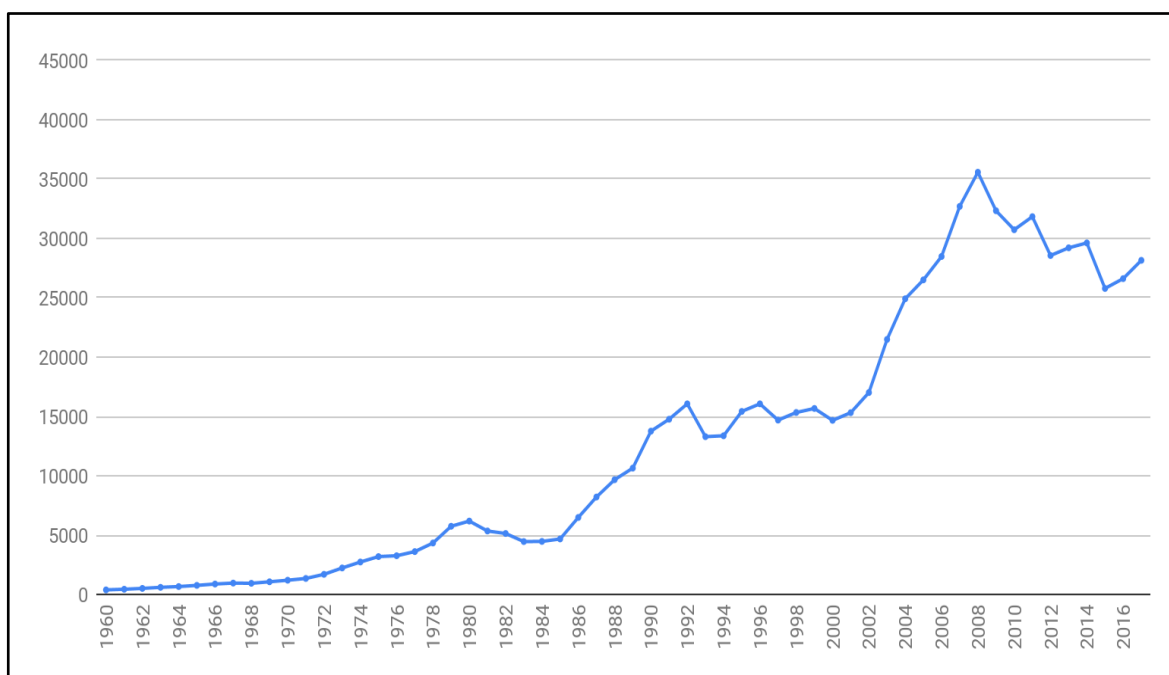
As relações com a América Latina e em especial com o Brasil foram de grande importância para a Espanha no que tange a busca pela manutenção de lucros de suas empresas multinacionais e superávits comerciais. Como podemos notar no Gráfico 2 (Fluxos de investimento bruto Espanha-Brasil, 1993 - 2017), o IED espanhol para o Brasil apresentou uma queda entre 2007 e 2010, porém, apresentou um crescimento considerável em 2011, 2014 e 2015. Isso revela a manutenção do interesse espanhol em investir no país, especialmente porque o Brasil conseguiu atravessar os anos iniciais de recessão global com relativa tranquilidade, especialmente devido às políticas anticíclicas adotadas pela equipe econômica do então presidente Lula da Silva, aliado a um aumento de crédito, redução das taxas de juros e desonerações fiscais e o consequente aquecimento do mercado interno (LIMA; DEUS, 2013). Soma-se a isso os grandes investimentos expendidos para a realização da Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) de 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016, eventos que prometiam atrair vultosos capitais estrangeiros para a economia brasileira e aumentar a demanda agregada interna, aquecendo ainda mais a economia e afastando a recessão que afetava pesadamente diversos países do mundo, em especial os Estados Unidos e a Europa Ocidental, como podemos perceber no caso espanhol. Ainda nesse contexto, Antonio Simões (2017) corrobora a tese do investimento no mercado brasileiro como saída para a crise no momento em que afirma que

[n]o contexto da profunda crise atravessada pela economia espanhola a partir de 2008, as empresas espanholas redobram a aposta pelo mercado brasileiro como alternativa de sobrevivência, estratégia que obteve amplo sucesso (SIMÕES, 2017, p. 15-16).

Visando explorar o mercado interno brasileiro nesse período em questão, as exportações espanholas para o Brasil foram incrementadas em níveis significativos, acumulando superávits comerciais nos anos de 2013, 2014 e 2015, como pode ser observado nos Gráficos 3 (Exportações Brasil - Espanha, 1995-2016) e 4 (Importações Brasil - Espanha, 1995-2016). Além disso, a Espanha possui hoje, em torno de 500 empresas instaladas em território brasileiro, empregando diretamente cerca de 214.000 brasileiros e mais de 210.000 indiretamente (HERMOSO, 2017).

Cabe destacar também que muitas dessas empresas, em especial as grandes multinacionais espanholas de infraestrutura, participaram ativamente dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) I e II, juntamente com o Plano de Investimento em Logística (PIL) (HERMOSO, 2017), programas do governo federal que priorizavam a realização de grandes obras de infraestrutura, habitação, logística e energia no país, o que acabou por garantir a continuidade do consumo de bens e serviços, mantendo ativa a economia e aliviando os efeitos da crise sobre as empresas nacionais (BRASIL, 2018). Com um país com índices econômicos nacionais cada vez piores (ver Gráfico 6: PIB per capita espanhol 1960 - 2017), as empresas espanholas se viram impelidas a se apoiarem no mercado de outros países para auferirem a margem de lucro cobiçada.

Gráfico 6 - PIB per capita espanhol 1960 - 2017 (em dólares US\$)²²



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Banco Mundial (2018).

As relações de Espanha e Brasil após a Crise do Euro de 2009 também sofreram algumas outras mudanças no que tange as interações políticas bilaterais, especialmente no contexto das Cúpulas Ibero-americanas. Os encontros dos representantes dos países Ibéricos e dos países latino-americanos passaram a ter uma importância adicional para a Espanha, que agora, mais do nunca, enxergava as Cúpulas como um instrumento para recuperar sua economia, muito impactada pela Crise Financeira Mundial de 2008. Além de o país Ibérico ter aproveitado do mercado interno brasileiro e latino-americano, enquanto o seu assumia um caráter cada vez mais minguinte, houve mudanças políticas na América Latina durante a década de 2000 que fizeram com que Espanha repensasse seu *modus operandi* e seus objetivos na região. É nesse contexto que André Luiz Reis da Silva (2016) afirma que

[n]a década de 1990, um dos objetivos brasileiros e latino-americanos no que se refere à relação com a Espanha e Portugal era a possibilidade de facilitar o acesso à União Europeia, bem como a busca de investimentos. Desde a década de 2000, com as mudanças políticas na América Latina e com a crise europeia, os objetivos são menos ousados, pois se concentram na questão cultural-educacional e na possibilidade de que os países ibero-americanos possam colaborar com os projetos de inserção internacional dos países da América Latina²³ (SILVA, 2016, p. 128).

²² Cabe destacar aqui que, uma vez que o eixo das ordenadas está em milhares de dólares, o gráfico transmite a ideia que nos anos 1960 o PIB per capita era algo em torno de zero dólares. No entanto, esse variou entre 395 US\$ em 1960 e 1.070 US\$ em 1969. Os dados oficiais podem ser consultados em <encurtador.com.br/atuE1>.

²³ Do original: "En los años 1990, uno de los objetivos brasileños y de los países latinoamericanos en cuanto a la relación con España y Portugal era la posibilidad de facilitar el acceso para la Unión Europea, así como también la búsqueda de inversiones. A partir de los años 2000, con los cambios políticos en América Latina y con la

Outro fator importante que ocorreu após a conjuntura de crise econômica espanhola foi a busca de maiores investimentos latino-americanos para sua economia. Esses investimentos externos seriam, então, responsáveis por aquecer a economia espanhola e melhorar a situação financeira na qual o país se encontrava. Segundo Günther Maihold, "[h]oje em dia os papéis foram invertidos, enquanto a Espanha solicita investimentos latino-americanos em seu país, enquanto anteriormente era um exportador ativo de capitais para a região²⁴" (MAIHOLD, 2016, p. 94). Portanto, é correto afirmar que as relações de Espanha com o Brasil e os demais vizinhos latino-americanos não foram secundarizadas na pauta de política externa espanhola após a Crise de 2009. Pelo contrário, as oportunidades comerciais e financeiras que se apresentavam aqui, com países como o Brasil auferindo taxas de crescimento positivas no período que se seguiu à Crise Financeira Mundial de 2008, atraiu as empresas multinacionais espanholas e colocou a América Latina em lugar de destaque na política externa espanhola. Antonio Simões (2017, p. 32) nos traz que entre 2009 e 2015 a América Latina se tornou o destino preferido do IED líquido espanhol (41,5%), ultrapassando os Estados Unidos, Canadá e os países da UE o que permitiu que as empresas espanholas sobrevivessem à Crise no velho Continente.

Saindo um pouco da esfera econômica e adentrando mais profundamente na arena diplomática, é importante destacar as tensões entre Brasil e Espanha que se seguiram à deportação de brasileiros da Espanha a partir de 2008. Nos anos de 2008 e 2009, nacionais brasileiros foram os mais deportados dos aeroportos espanhóis pelas autoridades de imigração desse país e cerca de 1.695 brasileiros foram barrados na Espanha, enquanto que em 2011 esse número também ultrapassou os 1.000 cidadãos (BARBOZA, 2012). Brasileiros que partiam em busca de melhores condições de vida no país Ibérico eram barrados nos aeroportos, submetidos a tensas condições de interrogatório e espera para então terem grandes chances de serem enviados de volta ao Brasil, as vezes por motivos considerados injustos e desproporcionais. Uma tensão diplomática entre o Itamaraty e o Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação de Espanha se seguiu, com o endurecimento das exigências de entrada dos espanhóis no país por parte brasileira.

Segundo Mariana Queiroz Barboza, esse comportamento de austeridade das autoridades de imigração espanhola para com os brasileiros não se justificava uma vez que

crisis europea, los objetivos son menos osados, pues se concentran en la cuestión cultural-educacional y en la posibilidad de que los países iberoamericanos pudieran colaborar con los proyectos de inserción internacional de los países latinoamericanos" (SILVA, 2016, p. 128).

²⁴ Do original: "[...] la crisis económica que está sufriendo España ha mermado todavía más la convocatoria de las cumbres: hoy en día se han invertido los papeles, en tanto España solicita inversiones latinoamericanas en su país, mientras anteriormente era un activo exportador de capitales hacia la región" (MAIHOLD, 2016, p. 94).

[a] crise econômica na zona do euro e a crescente importância do Brasil no cenário global fizeram com que o fluxo de imigrantes mudasse de direção. Em 2011, o país europeu registrou uma saída de pessoas maior do que a entrada de estrangeiros. O Brasil, por sua vez, vive o melhor período de sua história e começou a atrair gente de todos os cantos do mundo, principalmente da Espanha e de Portugal (BARBOZA, 2012).

Cabe destacar que esse quadro inseriu-se em um contexto não só de emigração brasileira para a Espanha, mas também de emigração de espanhóis, em especial para a América Latina, com países como Brasil, Argentina e Chile atraindo uma grande quantidade de jovens com boa qualificação, mas que não encontravam condições econômicas desejáveis e perspectivas futuras para permanecer na Europa durante a Crise do Euro. A Espanha, em 2011, apresentou índice de imigração negativo, algo que não ocorria há cerca de dez anos (MILANESE, 2012). Portanto, o Brasil por todas as razões já explicitadas (estabilidade econômica, crescimento do PIB, baixo índice de desemprego e mercado interno aquecido) mostrou-se naquele período como um destino para esses imigrantes espanhóis, que buscavam especialmente realização profissional agora fora de seu país de origem.

A situação desse atrito diplomático entre Brasil e Espanha seria resolvida somente alguns anos mais tarde. Segundo o Itamaraty, negociações concluídas em 2012 conseguiram resolver a questão dos brasileiros barrados nos aeroportos espanhóis. Desde então, o número de cidadãos inadmitidos no país Ibérico teve significativa queda e foram estabelecidas condições mais adequadas para os nacionais retidos (BRASIL, 2018). Isso reflete que por mais que as relações entre Brasil e Espanha apresentem um histórico de reciprocidade e cordialidade, há períodos e eventos que podem gerar animosidade entre as partes. No entanto, faz-se necessário destacar que no intuito de resolver quaisquer atritos, a diplomacia é a ferramenta mais utilizada e valorizada entre as duas partes, refletindo o interesse brasileiro e espanhol em manter as relações políticas entre os dois Estados sempre em um elevado patamar de compreensão.

4.2 Brasil - Espanha: uma visão mútua

Como já discutido anteriormente no presente trabalho, Brasil e Espanha apresentam um histórico de relações amigáveis e sem atritos significativos. Suas relações bilaterais e multilaterais preconizam benefícios mútuos, o aprofundamento das relações já existentes e a busca por novos acordos econômicos, políticos e culturais. Simões aborda muito claramente essa relação próspera entre esses dois países em lados opostos do Atlântico no momento em que afirma que

os laços econômicos-comerciais e a proximidade histórica e cultural são fatores determinantes no despertar de uma relação bilateral madura e dinâmica. Esses vínculos exigem a construção de uma agenda robusta e concreta a fim de consolidar uma narrativa que explique a relevância e reafirme o sentido estratégico da relação Brasil-Espanha (SIMÕES, 2017, p. 15)

O Brasil possui com a Espanha diversos acordos de parceria estratégica, como já abordado brevemente nesse trabalho, o que confere ao país Ibérico grande relevância para a política externa brasileira. O contrário também é válido, no momento em que o país sul-americano é um dos destinos mais importantes do capital espanhol e a relevância política brasileira no cenário latino-americano está presente nos olhos dos formuladores de opinião e de política externa espanhola. Os contatos de alta oficialidade entre ambos governos também gozam de uma base sólida de relacionamento, uma vez que além de encontros bilaterais com grande frequência, Brasil e Espanha compartilham de espaços privilegiados de diálogo multilateral e birregional, tais quais o Grupo dos 20 (G20), as Cúpulas Ibero-Americanas e UE-CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), além das negociações entre Mercosul-UE (SIMÕES, 2017), acordo esse que vem sendo negociado há pelo menos 15 anos, sendo a Espanha o país-membro que com mais força apoia a conclusão desse acordo birregional (HERMOSO, 2017).

A importância política de Espanha para a política externa brasileira data de muitas décadas, e vem adquirindo contornos cada vez mais claros nos últimos anos. Pode-se destacar, por exemplo a visita do Rei Juan Carlos I ao Brasil, em 2014, sendo recebido pela então presidenta Dilma Rousseff (em junho de daquele ano); os Ministros das Relações Exteriores e Cooperação do Reino da Espanha tendo visitado o país em 2011, 2012 e 2015; os seus semelhantes brasileiros tendo ido a Madri em 2014, 2016 e mais recentemente em 2018; além das viagens de Dilma Rousseff à Espanha em 2012 e do Presidente de Governo Espanhol ao Brasil em 2017 (BRASIL, 2018). Pode-se destacar também a realização da Cúpula Ibero-Americana de Antígua, Guatemala, em novembro de 2018. Nela, os representantes de governo dos 22 países participantes se comprometeram a discutir ações conjuntas em relação ao desenvolvimento sustentável no âmbito da Agenda 2030. Além disso, serão discutidos temas como mudança climática, uso dos oceanos, migração e refugiados, entre outros (GOVERNO DO BRASIL, 2018). Isso tudo revela o caráter de grande relevância das relações bilaterais para ambos países, em diversas esferas, capazes de trazer benefícios mútuos, apresentando ainda bom potencial de exploração.

Todavia, é importante destacar que não há somente uma visão otimista e de parceria incondicional entre ambos países. Brasil e Espanha podem ser considerados atores de peso no

cenário internacional, e seus interesses nem sempre conseguem convergir como o esperado. É nesse contexto que José Antonio Sanahuja (2012) afirma que:

[o] principal desafio da aliança estratégica [entre Brasil e Espanha] deriva do papel muito relevante que cada país possui dentro de seu respectivo grupo regional e no sistema internacional como um todo. Na esfera política, existem amplas oportunidades de consulta e diálogo, dada a crescente liderança e capacidade de mediação do Brasil nos níveis sub-regional (Unasul), regional (CELAC), inter-regional (UE-América Latina e Caribe) e global (G-20) (SANAHUJA, 2012, p. 257-258, tradução nossa)²⁵.

Em outras palavras, sendo Brasil e Espanha países com grande capacidade de influência no sistema internacional, e especialmente em seus grupos regionais, isso acaba por obrigar ambos países a terem que levar em consideração o parecer do outro em matéria de política internacional nessas determinadas regiões. Ou seja, a Espanha corre o risco de ter que contornar, ou agir conforme os interesses brasileiros em sua região (no caso, América Latina, em especial América do Sul), e Brasil pode esbarrar nos interesses espanhóis caso queira projetar suas intenções no continente europeu. Além disso, cabe destacar aqui que, ainda conforme Sanahuja (2012, p. 256), com a crescente "europeização" da política externa espanhola, a tendência é da Espanha assumir uma posição de política exterior mais voltada para o Mediterrâneo e o leste europeu, o que pode comprometer o já tradicional papel espanhol (e também português) de "defensor" dos interesses latino-americanos na Europa.

Manuel de la Cámara Hermoso traz que é recorrente o pensamento brasileiro de enxergar com certa reticência a grande importância econômica e influência espanhola na Europa, uma vez que além de sócios e países com um bom histórico em suas relações diplomáticas, são países concorrentes em diversas esferas (HERMOSO, 2017, p. 66). Além disso, a presença espanhola é vista com desconfiança especialmente nas já citadas Cúpulas Ibero-Americanas, uma vez que essa poderia ser utilizada como um meio para instrumentalizar os interesses espanhóis na região. Porém, o autor faz necessário destacar que o Brasil é um eixo fundamental para o bom funcionamento da organização, visto que esse participa ativamente em muitos dos programas ibero-americanos de desenvolvimento e um diplomata brasileiro ocupava a Secretaria-Geral Adjunta Ibero-Americana (HERMOSO, 2017). Ou seja, a desconfiança brasileira e espanhola existem, não é possível afirmar que essa simplesmente desaparecerá, porém não há indícios concretos que Espanha ou Brasil possam vir a se prejudicar significativamente devido à essas desconfianças, justificadas ou não.

²⁵ Do original: "el principal desafío de la alianza estratégica deriva del papel, muy relevante, que cada país tiene dentro de su respectivo grupo regional y en el conjunto del sistema internacional. En el ámbito político existen amplias posibilidades de concertación y diálogo dado el creciente liderazgo y capacidad de mediación de Brasil en los ámbitos subregional (Unasur), regional (CELAC), interregional (UE-América Latina y el Caribe), y global (G-20)" (SANAHUJA, 2012, p. 257-258).

Cabe destacar também a imagem que a Espanha possui no restante da América Latina, que frequentemente é vista por esses países como um parceiro comercial importante, além de um Estado que poderia representar os interesses desses no continente europeu nos dias atuais. Segundo o Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação espanhol, o país historicamente

considera essencial não apenas reforçar o diálogo e promover a cooperação para contribuir para o fortalecimento institucional das nações ibero-americanas, mas também apoiar os processos de reformas econômicas efetivas que favoreçam o crescimento e favoreçam a redistribuição da riqueza e da equidade²⁶ (MAEC, 2018).

Além disso, a Espanha contribuiu significativamente em projetos bilaterais e birregionais de combate à fome e à pobreza, ações de combate ao narcotráfico e organizações criminosas, e defendendo a liberdade política e o fortalecimento da democracia na região (MAEC, 2018). Isso tudo faz com que o país Ibérico seja uma força a ser reconhecida na região, realizando consideráveis investimentos econômicos e cooperando em diversos outros âmbitos, como o político, educacional e cultural.

No entanto, segundo Luiz Ayllón (2016), a Espanha não é vista somente positivamente pelos países latino-americanos. A grande quantidade de empresas desse país no continente e seus lucros auferidos levaram alguns a falar de uma "nova conquista" espanhola da região, traduzida na forma de um "novo imperialismo" (AYLLÓN, 2016). Soma-se a isso o fato de governos de países como a Venezuela, a Bolívia ou a Argentina dos Kirchner não terem tido boas relações com o país Ibérico em diversos momentos, especialmente devido à situação de privilégio que esses consideravam que as multinacionais espanholas obtinham quando em território nacional, o que levou os governos (de esquerda) desses países a iniciarem uma ofensiva contra tais empresas. Os conhecidos casos que envolveram a nacionalização de empresas espanholas em países sul-americanos aconteceram na virada para a década de 2000 e no início da década de 2010.

Na Bolívia houve a nacionalização dos hidrocarbonetos em 2006, logo no início do governo de Evo Morales, o que obrigou a petrolífera Repsol espanhola a assinar um acordo com o governo boliviano para garantir a segurança de seus investimentos. Além disso, em 2012 houve a nacionalização da empresa *Transportadora de Electricidad* (TDE), filial da espanhola *Red Eléctrica Española* e que controlava três quartos das linhas de transmissão de energia elétrica no país (BOLINCHES, MARTÍNEZ, 2016) tendo a empresa espanhola exigido indenização de 52 milhões de dólares em 2014.

²⁶ Do original: "considera esencial no sólo reforzar el diálogo e impulsar la cooperación para contribuir al fortalecimiento institucional de las naciones iberoamericanas, sino también apoyar los procesos de reformas económicas eficaces que fomenten el crecimiento y favorezcan la redistribución de la riqueza y la equidad" (MAEC, 2018).

No caso argentino, por exemplo, pode-se destacar o caso da nacionalização da empresa *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), antiga estatal petrolífera argentina comprada em 1999 pela espanhola Repsol, que foi nacionalizada pelo governo de Cristina Kirchner, em 2012. Esse caso, polêmico e que teve grande divulgação internacional, culminou em um atrito considerável entre as autoridades e empresas espanholas e o governo argentino, que só foi resolvido após o acordo do pagamento de cinco bilhões de dólares de indenização do governo para a Repsol (RUCINSKI; GONZÁLEZ; GRAY, 2014).

Na Venezuela, o Banco Santander comprou o Banco de Venezuela em 1996, sendo então a terceira maior organização financeira do país em 2009 (CARDOSO, 2009). No entanto, naquele mesmo ano o governo de Hugo Chávez reestatizou o Banco de Venezuela tendo indenizado o Santander em um pouco mais de um bilhão de dólares (BOLINCHES, MARTÍNEZ, 2016). Isso nos revela que com a ascensão da esquerda latino-americana na virada dos anos 2000, um movimento de revogação econômica se instaura na região, e as empresas espanholas passam a ser alvo de nacionalizações e expropriações por esses governos nacionais. Esses acusam as multinacionais da Espanha de auferirem lucros exorbitantes às custas de seus países, ao mesmo tempo em que aquelas pouco revertiam seus lucros internamente.

No caso brasileiro, havia o receio espanhol de o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que subiu ao poder em 2003 com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, pudesse tomar medidas semelhantes àquelas adotadas pelos vizinhos sul-americanos. No entanto, com uma política econômica que em um primeiro momento deu prosseguimento às políticas ortodoxas de Fernando Henrique Cardoso (SANAHUJA, 2012), a estatização de multinacionais espanholas no Brasil não ocorreu como nos supracitados vizinhos sul-americanos brasileiros. Um quadro de atritos entre os dois países não ocorreu por motivos econômicos, mas sim por motivos de imigração, a partir da segunda metade da década de 2000, como exposto anteriormente no presente capítulo.

4.3 Conclusões preliminares

O impacto da Crise do Euro nas relações entre Espanha e Brasil trouxe algumas novidades para as interações entre esses dois países, como visto anteriormente. Com a Espanha apresentando taxas de crescimento econômico decrescentes e até mesmo negativas em alguns anos (como em 2009, 2011, 2012 e 2013), um elevado índice de desemprego e um mercado interno com menor capacidade de compra, as grandes empresas multinacionais espanholas passaram a enxergar o exterior como a melhor fonte para seguir conquistando

lucros. Empresas de infraestrutura, energia e conglomerados financeiros expandiram-se para os mercados latino-americanos para compensar essa perda de dinamismo da economia espanhola.

O Brasil se enquadrava muito bem nos planos desses grandes grupos empresariais, uma vez que conseguiu atravessar o período seguinte à Crise com relativa estabilidade econômica e financeira, apresentando taxas de crescimento satisfatórias de seu PIB e mantendo a economia interna aquecida através das medidas adotadas pelo governo Lula da Silva. Diante desse contexto, pode-se inferir que as relações entre ambos países aprofundaram ainda mais seus laços econômicos, já consideráveis. Isso tudo, aliado à manutenção do interesse espanhol em seguir com a parceria estratégica com o Brasil em diversos âmbitos (bilateral, birregional e multilateral), leva-nos a concluir que a Crise de 2008, que atingiu pesadamente a Espanha, não afetou negativamente as relações hispano-brasileiras. Pelo contrário, conforme analisado, essa até mesmo aprofundou as relações entre ambos países, que viram uma oportunidade para se beneficiarem mutuamente em face da situação do sistema internacional naquele momento.

No que se refere a como Brasil e Espanha se percebem nesse sistema internacional, fica bastante claro a relativa sintonia entre ambos países. Como exposto, diversas esferas - como a econômica, política, educacional e cultural- funcionam como impulsionadoras para uma boa relação mútua. Apesar de haver certa desconfiança em certos momentos sobre o papel de cada uma de suas regiões de influência (a América Latina, especialmente a América do Sul para o Brasil e a Europa para a Espanha), ambos países reconhecem a importância um do outro para o bom funcionamento de suas respectivas economias e sociedades. A Espanha continua a ser um grande importador de bens primários e semi-manufaturados brasileiros, um dos maiores injetores de IED no país, uma janela para o melhor contato com a Europa (em especial com a União Europeia) e um parceiro estratégico com diversos acordos assinados com o Brasil. Esse, por sua vez, permanece relevante para a economia espanhola, importando bens manufaturados e de maior valor agregado, um aliado de peso em organizações multilaterais, além de ser um dos primeiros países a assinar um acordo de cooperação estratégica com a Espanha, destacando que esses acordos abrangem diversos níveis, como o comercial, educacional, político e cultural, como abordado no segundo capítulo desse trabalho. A Espanha também é um importante parceiro dos demais países latino-americanos. Apesar dos atritos gerados durante o período de nacionalização de empresas hispânicas na América do Sul, o país ibérico continua a ser uma fonte importante de IED para esses países, além de um importante aliado no cenário internacional em diversos âmbitos.

Portanto, mesmo que Brasil e Espanha possam ter interesses divergentes em alguns momentos e desconfiarem um do outro em algumas esferas (como sobre a "hegemonia" no contexto das Cúpulas Ibero-Americanas), fica claro que ambos não estão dispostos a se engajar em nenhum atrito significativo a curto e médio prazo. Uma vez que as possíveis vantagens auferidas não compensariam o prejuízo nas relações, já tradicionais, entre ambos países, pode-se esperar que as interações hispano-brasileiras se consolidem e aprofundem ainda mais, e com grande potencial de exploração de áreas ainda não trabalhadas suficientemente.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo explicar as razões para a aproximação de Brasil e Espanha no contexto das décadas de 1990 e 2000, relacionando tal aproximação com o aprofundamento das interações político-econômicas bilaterais. Em um primeiro momento foi traçado um panorama histórico das relações entre os dois países, sob uma perspectiva brasileira, desde o período colonial até a década de 1990. Seguiu-se a explanação de como se deu o aprofundamento dos laços e de estabelecimento de novas interações entre ambos países no contexto da década de 1990 e dos anos 2000, períodos marcados pelos dois últimos fenômenos supracitados, através do trabalho de alguns conceitos, como "política externa", "neoliberalismo" e "globalização", sendo possível traçar um padrão de comportamento de Brasil e Espanha no período em questão. Finalmente, foi abordado como as relações hispano-brasileiras foram afetadas no momento pós Crise do Euro de 2009, juntamente de como é a percepção espanhola sobre o Brasil, sua importância e sua influência regional para América Latina, América do Sul e para o próprio Reino da Espanha; e também como o Brasil enxerga o país Ibérico, com destaque para sua atuação nas Cúpulas Ibero-Americanas, na Europa e como um "sócio privilegiado" na União Europeia.

Dentre as razões para esse aprofundamento dos laços econômicos e políticos que deuse no período trabalhado, destacam-se a importância da herança cultural espanhola para o Brasil (sendo os espanhóis o terceiro maior grupo de descendentes em número no país, atrás somente de portugueses e italianos); a localização estratégica brasileira, cercado por países falantes de espanhol e de grande importância para Espanha; e talvez o motor maior da aproximação entre os dois países seja o considerável tamanho do mercado interno brasileiro e o potencial de investimento espanhol nesse país, o que impulsionou grandemente as interações econômicas hispano-brasileiras e ainda exerce influência considerável na direção dos diálogos entre os dois países. Essas são somente algumas das principais razões exploradas nesse trabalho, havendo outras de igual relevância também analisadas no presente projeto.

As relações políticas e econômicas entre Brasil e Espanha apresentam um caráter histórico e de grande relevância atual e para o futuro. A prova disso são as interações entre ambos países que, como trazido no início desse trabalho, foram presentes desde o período colonial brasileiro até os dias atuais, apresentando um caráter de continuidade e de constante dinamismo em suas conquistas e objetivos. Procurou-se mostrar em linhas gerais como se deu essas relações entre o país lusófono da América e o Reino Ibérico, traçando um panorama desde o período colonial brasileiro (no qual já existiam vínculos entre Espanha e Brasil), atravessando o Império Brasileiro e a República, destacando momentos relevantes para a

compreensão da importância mútua da relação entre esses dois países durante todo esse período.

Também, no presente trabalho, procurou-se comprovar que ambos países aprofundaram as suas relações políticas, econômicas e culturais com um saldo positivo para os dois lados da balança. Tal hipótese foi comprovada no momento em que analisamos a crescente proximidade econômica entre Brasil e Espanha, não só no contexto da década de 1990, mas também em todo o período posterior. O período liberalizante pelo qual atravessava Espanha e Brasil durante a década de 1990 (intensamente marcado pelo neoliberalismo e pelos fenômenos da globalização mundial) foi capaz de trazer quantidades consideráveis de Investimento Externo Direto ao Brasil, o que teve caráter fundamental na condução da economia nacional, especialmente no período pós Plano Real de 1994.

Ainda no que tange o período de 1990, de grande relevância para as relações hispano-brasileiras e para a consecução desse trabalho, foi levantado se ambos os países se beneficiaram do fenômeno da globalização. Verificou-se que o IED espanhol teve grande aceitação no mercado interno brasileiro, especialmente quando observamos a quantidade de empresas multinacionais que se instalaram no Brasil nesse período e na década seguinte. A vantagem da Espanha ser um membro de relevância dentro da UE também dá ao Brasil uma garantia de que o país possui um Estado membro aliado no seio da instituição, o que pode interferir positivamente em diversas esferas (legislação, política, economia). Em contrapartida, a Espanha também auferiu benefícios através de suas boas relações com o país sul-americano. Como trazido nesse trabalho, o grande mercado interno brasileiro oferecia e ainda possui grande importância para a manutenção dos interesses espanhóis no país, principalmente para as várias multinacionais nativas daquele país. A proximidade brasileira dos países sul-americanos de língua espanhola e a liderança desse no MERCOSUL também é um fator de destaque para o interesse espanhol no Brasil, uma vez que esse país se tornou terreno fértil para o capital globalizado espanhol, podendo difundir-se por toda a região.

Juntamente com a globalização, a corrente de pensamento política e econômica do neoliberalismo em muito impulsionou as relações Brasil-Espanha. Foi trazido que o conjunto de teorias e medidas adotadas por ambos países, analisadas especialmente as aplicadas pelo Brasil, fizeram com que uma aproximação entre esses Estados pudesse se realizar pela via econômica. As privatizações de estatais brasileiras e a compra dessas por multinacionais espanholas, juntamente com a redução da intervenção governamental e a consequente liberalização da economia brasileira culminou com a maior penetração do capital espanhol no país. Esse, por sua vez foi o motor do aprofundamento dos laços econômicos e políticos entre

Brasil e Espanha, colocando em foco todo o potencial que essas relações poderiam trazer para os dois Estados.

A aproximação política entre Brasil e Espanha também se fez presente durante quase todo o período analisado. Três marcos definitivos no contexto dessas relações foram, sem dúvida, o Tratado Geral de Cooperação e Amizade Brasil - Espanha, firmado em 1993 pelos presidentes Fernando Collor de Mello e Felipe González Márquez; a assinatura do Plano de Parceria Estratégica em 2003, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e José Maria Aznar no âmbito da Cúpula Ibero-americana de Santa Cruz de la Sierra; e finalmente a Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica, de 2005. Tais acordos, conforme trazido no presente trabalho, constituíram uma base sobre a qual as relações políticas entre Brasil e Espanha passaram a trabalhar politicamente em conjunto. A importância desses acordos reside no compromisso político e diplomático entre Brasil e Espanha em diversas áreas, como economia, política, ciência, educação e cultura.

Sobre essa última, é importante destacar que as políticas voltadas à promoção da aproximação cultural entre Brasil e Espanha apresentam ganhos concretos para ambos países. Foi trazido que existem instituições importantes e de renome para a promoção desses valores e da cultura hispano-brasileiras, tais quais a Casa do Brasil em Madri, a Fundação Cultural Hispano-Brasileira, o Instituto Cervantes e as próprias embaixadas e consulados brasileiros e espanhóis. Essas instituições, como apresentado nesse trabalho, buscam conectar as sociedades brasileira e espanhola através da publicação de revistas e livros, realização de exposições, palestras, ensino de língua estrangeira e acolhimento de universitários. Isso reflete um caráter mais tangível da cooperação hispano-brasileira, também mais concreto na medida em que altera significativamente a vida de diversos cidadãos de ambas nacionalidades e aproxima ainda mais culturas com muitas diferenças, mas também semelhanças como a espanhola e a brasileira.

No que tange as relações Brasil – Espanha no pós Crise do Euro, foi trazido que essas não foram relegadas a segundo plano, como talvez uma dedução superficial possa levar a crer. Houve o aprofundamento desses na medida em que o país Ibérico, com grande necessidade de escoar sua produção, enxergou o Brasil como uma fonte de absorção para seus produtos de exportação e para seu IED, uma vez que esse atravessou os anos iniciais da Crise de 2008 com relativa tranquilidade, com consideráveis taxas de crescimento e aquecimento do mercado interno. A Espanha também passa a buscar por investimento externo direto na América Latina, ao invés de manter sua posição de exportadora de capital para os demais países e, para isso, utilizou das Cúpulas Ibero-Americanas para buscar esses investimentos.

Finalmente, sobre como Brasil e Espanha se enxergam no cenário internacional, pode-se concluir que o Brasil considera o país Ibérico como uma relevante fonte de investimento externo e de bens manufaturados, além de um parceiro com importantes laços históricos em comum que pode auxiliar em negociações envolvendo a União Europeia. No entanto, a presença espanhola na América Latina pode por vezes ser vista com desconfiança, uma vez que a Espanha já foi acusada de tentar manter uma relação de apadrinhamento no continente e até mesmo de uma espécie de “nova conquista”, especialmente pelas vias econômicas. Isso tudo, pode interferir no objetivo brasileiro de manter a América Latina, e em especial a América do Sul, como uma espécie de zona de influência regional exclusiva. A Espanha, por sua vez, reconhece a importância brasileira (sua grande economia, localização estratégica e laços históricos), porém também pode perceber o Brasil como uma ameaça a sua consolidada presença na América Latina. Na América do Sul, o aprofundamento do MERCOSUL em muito interessa o Reino de Espanha, pois isso aumenta a capacidade econômica da região como um todo e pode aumentar as trocas econômicas com esse país, especialmente com o acordo entre EU e MERCOSUL avançando nos últimos anos. Contudo, ao mesmo tempo, a criação de instituições como a UNASUL, demonstra o objetivo brasileiro de manter a região sob sua influência, o que pode ocasionar certa animosidade para com o governo espanhol.

Desse modo, comprovou-se ao longo desse trabalho que as relações hispano-brasileiras são mais complexas do que aparentam ser, e que há um benefício e uma troca mútua de grande relevância entre esses países, em diversas esferas. Não se trata de uma relação meramente econômica, comercial e financeira, mas sim de um conglomerado de acordos estratégicos e interesses complexos que se sobrepõem (bilateralmente, birregionalmente e multilateralmente), conferindo um caráter dinâmico e extremamente interessante às relações entre esses países. A literatura de política externa que trabalha nesse tema, em parte analisada nesse trabalho, concorda que muito já foi feito e conquistado no que tange as relações entre Brasil e Espanha. No entanto, ainda há um grande potencial a ser explorado por ambas as partes e cabe a nós, profissionais da área das Relações Internacionais, nos debruçarmos sobre essas possibilidades e, juntamente com os formuladores de política externa, trabalharmos em prol do melhor caminho a ser trilhado para a extração do que de melhor essas relações podem oferecer ao nosso país.

REFERÊNCIAS

ARAHUETES, Alfredo; HIRATUKA, Célio. **Relaciones Económicas entre España y Brasil/Relações Econômicas entre Brasil e Espanha**. Real Instituto Elcano, 2007, 364 p. Disponível em: <<https://goo.gl/jFgwHw>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

AYLLÓN, Luiz. **La imagen de España, en cambio continuo en América Latina**. Disponível em: <https://www.abc.es/espana/abci-imagen-espana-cambio-continuo-america-latina-201610240753_noticia.html>. Acesso em 17 nov. 2018.

AZUMENDI, Lartaun de. **Breve história de BBVA (XIX): Apertura y Plan de Estabilización**. Disponível em: <<https://www.bbva.com/es/breve-historia-bbva-xix-apertura-plan-estabilizacion/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BADILLO, Ángel; MALAMUD, Carlos. **Los riesgos del español en Brasil**. Estudios internacionales y estratégicos, Instituto Elcano. Disponível em: <<https://goo.gl/p74exx>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

BANCO MUNDIAL. **GDP growth Spain (annual %)**. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2017&locations=ES&start=1961&view=chart>>. Acesso em: 17 out. 2018.

_____. **GDP per capita Spain (current US\$)**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD?end=2017&locations=ES&start=1960&year_low_desc=false>. Acesso em: 17 out. 2018.

BARBOZA, Mariana Queiroz. **O Brasil dá o troco**. Disponível em: <https://istoe.com.br/193272_O+BRASIL+DA+O+TROCO/>. Acesso em: 17 nov. 2018.

BOLINCHES, Cristina G., MARTÍNEZ, Jesús. **Las seis grandes ‘nacionalizaciones’ de empresas españolas en América Latina**. Disponível em: <https://www.elespanol.com/economia/empresas/20161115/170983362_0.html>. Acesso em: 17 nov. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Legislativo nº 22, de 1994**. Brasília, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1994/decretolegislativo-22-18-maio-1994-358289-tratado-1-pl.html>>. Acesso em: 05 out. 2018.

_____. Casa Civil. **Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm>. Acesso em: 5 out. 2018.

_____. Casa Civil. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2010**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art22>. Acesso em: 5 out. 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Reino da Espanha**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5117-reino-da-espanha>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

_____. Ministério do Planejamento. **Sobre o PAC**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 20 out. 2018.

CASA DO BRASIL. **Nuestra historia**. Disponível em: <<http://www.casado brasil.es>>. Acesso em: 27 de set. 2018.

CASTREE, Noel; KITCHIN, Rob; ROGERS, Alisdair. **A Dictionary of Human Geography**. Oxford: Oxford, 2013. 585 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=eYWcAQAAQBAJ&pg=PA339&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 29 set. 2018.

CAVUSGIL, S. Tamer; KNIGHT, Gary; RIESENBERGER, John R. **International Business: The New Realities**. 4. ed. Harlow: Pearson, 2017. 545 p.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: EdUNB, 2014. 605p.

COBUCCIO, Bruno Luiz dos Santos. **A Irradiação Empresarial Espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência**. Brasília: Funag, 2011. 278 p. Disponível em: <<https://goo.gl/krw5Ht>>. Acesso em: 15 set. 2018.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO. **Relatório de indicação de Pompeu Adreucci Neto**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento?dm=7742703>>. Acesso em 10 out. 2018.

CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM BARCELONA. **Plano de Parceria Estratégica Brasil - Espanha de 2003**. Disponível em: <<http://www.brasilbcn.org/web/images/formularios/UtilPublicas/PlanoParceriaEstrat.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. A Repercussão do Tratado de Tordesilhas na Formação do Brasil. **Cadernos do Ipri**, Brasília, v. 17, p.1-15, nov. 1994. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/cadernos-do-ipri-num-17.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. O governo dos reis espanhóis em Portugal (1580-1649). In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **A importância da Espanha para o Brasil: História e perspectivas**. Brasília: Funag, 2017. p. 77-104.

COSTA, Antônio Albuquerque da; FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. **Formação Territorial do Brasil**. Campina Grande: EdUEP, 2009, 385p.

EMBAIXADA DE ESPANHA EM BRASÍLIA. **Instituto Cervantes no Brasil**. Disponível em: <<http://www.exteriores.gob.es/Embajadas/BRASILIA/pt/Embajada/Pages/Outras%20instituições/Instituto-Cervantes-no-Brasil.aspx>>. Acesso em 01 out. 2018.

EMBAIXADA DO BRASIL EM MADRI. **Casa do Brasil**. Disponível em: <http://madri.itamaraty.gov.br/pt-br/a_casa_do_brasil.xml>. Acesso em: 01 out. 2018.

_____. **Fundação Cultural Hispano-Brasileira**. Disponível em: <http://madri.itamaraty.gov.br/pt-br/a_fundacao_cultural_hispano-brasileira.xml>. Acesso em: 01 out. 2018.

ESPAÑA. Congreso. **Constitución de la República Española de 1931**. Disponível em: <http://www.congreso.es/docu/constituciones/1931/1931_cd.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018

_____. Congreso. **Ley para la Reforma Política**. Disponível em: <http://www.congreso.es/docu/PHist/docs/8fran/ley_reforma_politica.pdf>. Acesso em: 07 out. 2018.

FAUSTO, Sergio. **El papel de Brasil en América Latina**. Real Instituto Elcano / Elcano Royal Institute. Vídeo. 9min59s. Disponível no YouTube em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qzAOW8H6EHk>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

FUNAG. **Cronologia por países, Brasil-Espanha**. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/historico-de-relacoes-bilaterais-do-brasil?id=210>>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. **Discurso de posse de Antônio Francisco Azeredo da Silveira como Ministro das Relações Exteriores em 1974**. Disponível em: <<https://goo.gl/TjMfj6>>. Acesso em: 20 set. 2018.

FUNDACIÓN CULTURAL HISPANO BRASILEIRA. **Presentación**. Disponível em: <<http://www.fchb.es/presentacion.html>>. Acesso em: 26 set. 2018.

GOES FILHO, Synésio Sampaio. Contextualização Histórica. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi (Org.). **Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri**. 2. ed. Brasília: Funag, 2016. Cap. 3. p. 27-42. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/PEDRO-TEIXEIRA_EDICAO-COMPLETA_17_11_V_9_web.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

GONÇALVES, Williams; SILVA, José Werneck. **Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930): a política externa do sistema agro-exportador**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOVERNO DO BRASIL. **Conferência Ibero-americana reúne 22 países na Guatemala**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/entenda/2018/11/conferencia-iberoamericana-reune-22-paises-guatemala>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

GUTIÉRREZ PRIETO, Juan José. **La imagen de la cultura española en Brasil**. Observatorio Imagen de España. Estudios/Análisis de acciones e instituciones españolas. Real Instituto Elcano, 18 de noviembre de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2KMUVeU>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

HERMOSO, Manuel de la Cámara. **Relações Brasil e Espanha: realidade atual e perspectivas**. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **A importância da Espanha para o Brasil: História e perspectivas**. Brasília: Funag, 2017. p. 55-69.

ICEX ESPAÑA. **Brasil**. Disponível em: <<https://goo.gl/yQvcPJ>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. **España, Plataforma para las Inversiones y Sedes de Empresas Multilatinas en Europa, Africa y Oriente Médio**. Disponível em: <<http://www.investinspain.org/invest/wcm/idc/groups/public/documents/documento/mde0/mzqy/~edisp/doc2014342090.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2018.

- _____. **Inversión Española en el Exterior**. Disponível em: <<http://datainvex.comercio.es/CabeceraPersonalizada.aspx?action=drilldown&eje=Columnas&valor=Todos%20los%20años&unvalor=%5BPeriodo%5D.%5BTodos%20los%20años%5D&nivel=0&otroValor=total&otroNivel=0&id=2>>. Acesso em: 01 out. 2018.
- INFORME ELCANO. **Relaciones España - Brasil**. Real Instituto Elcano, informe nº 16, março de 2014, 111p. Disponível em: <<https://bit.ly/2KRUL4W>> 2018. Acesso em: 15 maio 2018.
- INSTITUTO CERVANTES DE BRASÍLIA. **O Instituto Cervantes no Brasil**. Disponível em: <https://brasilia.cervantes.es/br/sobre_nossos_centros_brasil_espanhol.htm>. Acesso em: 01 out. 2018.
- KULBÁLKOVÁ, Vendulka (Ed.). **Foreign Policy in a Constructed World**. Armonk: M.e. Sharpe, 2001. 312 p. Disponível em: <<https://goo.gl/jSi5uM>>. Acesso em: 21 set. 2018.
- SOLBES REBAJA la previsión de crecimiento de la economía em 2008 al 2,4%. **La Verdad**. Disponível em: <<https://www.laverdad.es/murcia/20080422/economia/solbes-baja-prevision-crecimiento-200804221024.html>>. Acesso em: 16 out. 2018.
- LEANDRO, Agamenom de Oliveira. A Lei nº 11.161: Um Marco na Política Externa Brasileira para a América Do Sul e a Medida Provisória nº 746. **Linguasagem**, São Carlos, v. 27, n. 2, p.1-7, 2017. Disponível em: <http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/280/pdf_42>. Acesso em: 10 out. 2017.
- LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. **A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira**. Revista Cadernos de Economia, Chapecó, v. 17, n. 32, p. 52-65, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/viewFile/1651/922>>. Acesso em: 15 out. 2018
- LÓPEZ, Isidro; RODRÍGUEZ, Emmanuel. **O modelo Espanhol**. Novos estud. - CEBRAP no.92 São Paulo Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100006>. Acesso em: 15 out. 2018.
- MALAMUD, Carlos. **La Cumbre de Asunción y el futuro de las Cumbres iberoamericanas**. Análisis del Real Instituto Elcano. Disponível em: <<http://biblioteca.ribei.org/2133/1/ARI-157-2011.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- MILANESE, Daniela. **Crise provoca fuga de mão de obra da zona do euro**. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,crise-provoca-fuga-de-mao-de-obra-da-zona-do-euro,109368e>>. Acesso em: 17 nov. 2018.
- MONTAGUT, Eduardo. **Las migraciones en la España franquista**. 2018. Disponível em: <<https://www.elobrero.es/cultura/textos-historicos-obreros/item/10817-las-migraciones-en-la-espanya-franquista.html>>. Acesso em: 21 set. 2018.
- PALLEY, Thomas I. **From Keynesianism to Neoliberalism: Shifting Paradigms in Economics**. Disponível em: <https://fpif.org/from_keynesianism_to_neoliberalism_shifting_paradigms_in_economics/>. Acesso em: 20 set. 2018.

PHILLIPS, Eric. **What Crushed the Corn Laws?** 2018. Disponível em: <<https://mises.org/library/what-crushed-corn-laws>>. Acesso em: 05 out. 2018.

PINHEIRO, Letícia; SALOMÓN, Mónica. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, n. 1, p.40-59, 2013. Semestral. Disponível em: <<https://goo.gl/f9bsKa>>. Acesso em: 17 set. 2018.

PINO, Bruno Ayllón. **Las relaciones entre Brasil y España ponderadas desde la perspectiva de la política exterior brasileña, (1979-2000)**. 2004. 634 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Direito Internacional Público e Relações Internacionais, Universidade Complutense de Madri, Madri, 2004. Disponível em: <<https://eprints.ucm.es/5309/1/T27854.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Las relaciones hispano-brasileñas: de la mutua irrelevancia a la asociación estratégica (1945-2005)**. Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, 2007, 266 p. Disponível em: <encurtador.com.br/JQW89>. Acesso em: 10 set. 2018

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p.147-174, jun. 2010. Trimestral. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31636/20166>>. Acesso em: 15 set. 2018.

RUCINSKI, Tracy; GONZÁLEZ, Andrés; GRAY, Kevin. **Spain's Repsol agrees to \$5 billion settlement with Argentina over YPF**. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-repsol-argentina/spains-repsol-agrees-to-5-billion-settlement-with-argentina-over-ypf-idUSBREA1O1LJ20140225>>. Acesso em 17 nov. 2018.

SANAHUJA, José Antonio. **Un Brasil suramericano y una España europeizada: relaciones en el marco iberoamericano**. Revista CIDOB d'afers internacionals, no 97-98, 2012, p. 245-261.

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA. **I Cúpula Ibero-Americana**. Disponível em: <<https://www.segib.org/pt-br/?summit=i-cumbre-iberoamericana-guadalajara-mexico-1991>>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Cultura**. Disponível em: <<https://www.segib.org/pt-br/cooperacao-ibero-americana/cultura/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **Organismos Ibero-Americanos**. Disponível em: <<https://www.segib.org/pt-br/organismos-ibero-americanos/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

SILVA, André Luiz Reis da. ¿En busca de la convergencia? La renovación de la cooperación iberoamericana y la Declaración de Veracruz (2014). In: SORIA, Adrián Bonilla; BRECKENRIDGE, Stella Sáenz; CAMACHO, María Fernanda Morales (Ed.). **Iberoamérica: Miradas estratégicas en el siglo XXI**. San José: FLACSO, 2015. p. 111-136. Disponível em: <http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_1273.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

SIMÕES, Antonio. Brasil e Espanha: Narrativa para uma relação de futuro. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **A importância da Espanha para o Brasil: História e perspectivas**. Brasília: Funag, 2017. p. 13-53.

SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. **História Social**, Campinas, v. 13, p.151-171, 2007. Anual.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **What does Brazil exports from Spain?** Disponível em:

<https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/export/bra/esp/show/2016/>. Acesso em: 05 out. 2018.

_____. **What does Brazil imports from Spain?** Disponível em:

<https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/bra/esp/show/2016/>. Acesso em 05 out. 2018.

UNITED NATIONS. **Resolution n° 39 (1). Relations of Members of the United Nations with Spain.** Disponível em: <[https://documents-dds-](https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/032/90/IMG/NR003290.pdf?OpenElement)

[ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/032/90/IMG/NR003290.pdf?OpenElement](https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/032/90/IMG/NR003290.pdf?OpenElement)>.

Acesso em 19 set. 2018.

WILLIAMS, Mary Wilhelmine. **Dom Pedro the magnanimous, second emperor of Brazil.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1937, 414p.